



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**REVOLTA OU VANDALISMO? A CRIMINALIZAÇÃO DA REVOLTA DO BUSÃO
EM NATAL (RN)**

GLENDIA ISIS CAMARA MACIEL

NATAL/RN

2014

GLENDIA ISIS CAMARA MACIEL

**REVOLTA OU VANDALISMO? A CRIMINALIZAÇÃO DA REVOLTA DO BUSÃO
EM NATAL (RN)**

Monografia apresentada ao curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Antoinette de Brito Madureira

NATAL/RN

2014

Catálogo da Publicação na Fonte.
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Maciel, Glenda Isis Camara.

Revolta ou vandalismo?: a criminalização da revolta do busão em Natal (RN) / Glenda Isis Camara Maciel. - Natal, RN, 2014.

70f.

Orientadora: Profa. Dra. Antoinette de Brito Madureira.

Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Serviço social.

1. Serviço Social – Monografia. 2. Problemas sociais - Monografia. 3. Violência criminosa – Monografia. 4. Transporte urbano – Monografia. I. Madureira, Antoinette de Brito. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 364.6:323.285

FICHA DE APROVAÇÃO

GLENDIA ISIS CAMARA MACIEL

REVOLTA OU VANDALISMO? A CRIMINALIZAÇÃO DA REVOLTA DO BUSÃO EM NATAL (RN)

Monografia apresentada ao curso de Serviço Social da Universidade Federal
do Rio Grande do Norte para Comissão Examinadora formada pelos
professores:

Aprovado em: ____/____/____.

Banca Examinadora

Prof^ª. ANTOINETTE DE BRITO MADUREIRA (Orientadora)

Prof^ª. RITA DE LOURDES DE LIMA (Membro)

Prof^ª. MARTA SIMONE VITAL BARRETO (Membro)

Dedico esta conquista aos companheiros que acreditam numa transformação social possível através da luta.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por minha vida, por iluminar meu caminho e me dar fé e força para continuar.

À minha família sobretudo a minha mãe, que está ao meu lado em todos os momentos e que apesar de ficar amedrontada por minha participação em protestos, esteve comigo durante toda a minha jornada acadêmica, sem ela eu não conseguiria. Eu te amo mãe, obrigada por tudo!

Obrigada minha professora querida e orientadora Antoinette, que com toda paciência aprendeu junto comigo muito mais sobre participação popular, me incentivou a participar dos protestos, inclusive me ligando para avisar onde seria, caso eu não soubesse, professora, seu incentivo, empenho e dedicação foram o que tornou possível a conclusão dessa monografia.

Meus agradecimentos a todos os professores que me acompanharam durante a graduação, vocês foram muito importantes na minha vida acadêmica, pois me proporcionaram conhecimento necessário para a minha formação profissional e para o desenvolvimento desta monografia.

À todos que fazem parte da coordenação do curso, composta por profissionais dedicados e cheios de simpatia, que sempre me atenderam com tanto carinho.

Às minhas companheiras de graduação, que cooperaram com seus conselhos, ajudas e colaborações para que eu chegasse até aqui.

Agradeço a um amigo especial que desde o início esteve comigo e me incentivou a continuar essa pesquisa. Valeu, Pedro!

Obrigada aos meus entrevistados pela gentileza de concederem a mim uma entrevista. Quero dizer a vocês o quanto foram importantes para a conclusão desse trabalho.

À todos os meus amigos e colegas da Biblioteca Zila Mamede, em especial Alexandre, Cássia, Fabiana, Malú, Sayonara, Kadja, que me deram ânimo e humor diário para continuar a pesquisa e que acreditam no potencial do meu projeto. Obrigada também aos bibliotecários de circulação, especialmente Kaline e Euzébia, por terem compreendido os meus dias ausentes em

função dessa pesquisa. Agradeço também aos funcionários efetivos e terceirizados desse local, que participaram do meu dia a dia pela UFRN.

Ao meu namorado Huan, que de forma especial e carinhosa, sempre me apoiou nessa caminhada que estive ao meu lado em todos os momentos.

Agradeço a minha avó Miriam, que nessa reta final, mesmo que por motivos de doença, estive sempre por perto. Por tudo que és, exemplo de amor, afeto, compaixão, Eu te amo vovó!

Enfim, agradeço a todos que participaram de alguma forma da minha vida acadêmica, todos fazem parte dessa conquista.

“Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros.”

(Che Guevara)

RESUMO

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social. Aborda a criminalização da chamada Revolta do Busão em Natal (RN). Busca discutir os desdobramentos dessa criminalização e examina o sentido das ações que ficaram conhecidas como vandalismo. Partiu de pesquisa qualitativa, incluindo entrevista semiestruturada e observação participante. Recupera em um primeiro momento os condicionantes que deram início à Revolta. Em seguida, reflete em torno das peculiaridades da identidade brasileira em torno do fazer política que a envolvem. Descreve e analisa a intensa repressão policial durante as manifestações. Aborda a criminalização da Revolta efetuada pela mídia tradicional, que abusou do termo vandalismo em suas críticas. Por fim, apresenta uma caracterização da Revolta do Busão sob a perspectiva dos manifestantes.

Palavras-chave: Revolta do Busão. Criminalização. Mídia. Vandalismo. Repressão.

ABSTRACT

Final paper of Social Work degree. Is about criminalizing of protest named Revolta do Busão in Natal (RN). It seeks to argue about the developments of this criminalization and to examine the reasons behind the acts became known as vandalism. This work started from a qualitative research, including semi-structured interview and participant observation. Initially retrieves all the factors, which gave start to this revolt. Then, a reflection about the peculiarity of the Brazilian identity around the political behavior. Describes and analyzes the intense police repression during the agitation. Also discusses about the criminalization of revolts imposed by traditional media that has abused the term vandalism in their criticism. Finally, shows the characterization of this protest Revolta do Busão by the optical protesters.

Keywords: Revolta do Busão, Criminalization, Media, Vandalism, Repression.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 EM TORNO DA REVOLTA DO BUSÃO	13
2.1 A LUTA MUDA A VIDA	13
2.2 UMA BREVE HISTÓRIA DA REVOLTA.....	15
3 MOVIMENTO OU MOBILIZAÇÃO SOCIAL?	22
3.1 REVOLTA POPULAR E LUTA DE CLASSES.....	25
3.2 PARA QUE PROTESTAR? SOBRE A APATIA NAS LUTAS SOCIAIS E OS MITOS FUNDADORES DE UMA IDENTIDADE NACIONAL	27
4 REPRESSÃO, VIOLÊNCIA, "VANDALISMO"	36
4.1 LEMBRANDO DE 1964: A VIOLÊNCIA POLICIAL CONTRA OS MANIFESTANTES	36
5 A CRIMINALIZAÇÃO DA REVOLTA DO BUSÃO	42
5.1 É CRIMINOSO O MONOPÓLIO QUE MANIPULA?	46
5.2 SEM VANDALISMO? COM VANDALISMO?	48
6 CRIMINOSOS OU ATIVISTAS? DANDO VOZ A ALGUNS PROTAGONISTAS DESTA HISTÓRIA	53
6.1 "UMA MOBILIZAÇÃO HORIZONTAL QUE NÃO TEVE UMA COR PARTIDÁRIA: ESSA MULTIDIVERSIDADE DELE FOI O PRINCIPAL MOTOR DESSA VITÓRIA"	53
6.2 "PICHAÇÕES E ÔNIBUS QUEIMADOS? FORAM AÇÕES LEGÍTIMAS"	54

6.3 COMO ASSIM, CRIMINALIZAR QUEM QUESTIONA O SISTEMA?	57
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	62
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	65
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	67

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social busca efetuar uma análise da criminalização de que foi alvo a chamada Revolta do Busão, fenômeno que teve lugar em Natal (RN) no período entre os meses de agosto do ano de 2012 e junho de 2013, tendo, contudo, desdobramentos até a atualidade.

A Revolta do Busão se constituiu em um conjunto de manifestações populares iniciadas a partir da bandeira da mobilidade urbana, sendo articulado em grande medida via redes sociais da internet, se constituindo também em um fenômeno de *ciberativismo*¹. Tendo como estopim um anúncio de aumento de tarifa de ônibus urbano na cidade de Natal, ocorrido no mês de agosto do ano de 2012, a Revolta do Busão rapidamente se constituiu em um fenômeno de grande envergadura com repercussões para além da cidade de Natal, merecendo ser analisado com atenção.

O trabalho busca analisar um elemento presente na Revolta do Busão: sua criminalização, efetuada por parte da grande imprensa. O interesse em estudar a Revolta do Busão surgiu para mim praticamente ao mesmo tempo em que se iniciou esta mobilização social, pois parecia ser um fato inédito e de grande importância para a história das mobilizações sociais nesta cidade. Porém, o foco em sua criminalização foi-se delineando na medida em que as manifestações foram sendo apresentadas pela mídia burguesa cada vez mais frequentemente como *criminosas*, desenvolvida por indivíduos que nas palavras desta mídia seriam *desocupados, vagabundos, delinquentes e baderneiros*.

Partindo da premissa que existem mecanismos para criminalizar as mobilizações contrárias à ordem do capital, em favorecimento de interesses das classes dominantes, surgiram durante a organização deste trabalho os seguintes questionamentos: A quem interessa

¹ As manifestações da atualidade estão utilizando a internet e mais especificamente redes sociais como recurso fundamental para mobilizar a população na participação popular, o que vem sendo chamado por muitos de ciberativismo.

criminalizar os movimentos e mobilizações sociais? Que elementos sustentam a criminalização desses movimentos?

Tendo em vista que o Serviço Social em seu projeto ético-político de trabalho escolheu um lado, e esse lado fortalece a luta dos trabalhadores, considere a importância da temática, analisada nessa pesquisa, para a profissão, pois além de ser interessante contribuir em âmbito acadêmico para as pesquisas em registro de lutas sociais na capital do Rio Grande do Norte (RN), é de extrema importância que os (as) assistentes sociais conheçam um pouco mais sobre mobilizações populares.

Iniciei a investigação no mês de setembro de 2012, através de levantamento bibliográfico, consulta a sites, jornais, blogs, redes sociais como o Facebook (através dessas ferramentas foi possível construir a linha do tempo desse trabalho), além de entrevistas semiestruturadas com os militantes. No ano seguinte efetuei observação participante nas passeatas e nas plenárias durante os meses de março a junho. Defini como momento de encerramento da investigação o ato que ocorreu em junho de 2013 e que levou milhares de pessoas às ruas de Natal.

No primeiro capítulo deste trabalho optei por relatar minha experiência durante a investigação e também participação na Revolta, que sem receio afirmo que modificou minha vida além de expor que Revolta foi essa, em termos temporais e também em suas características mais marcantes.

Tendo como foco o fenômeno estudado, o segundo capítulo faz uma análise da relação entre conflito de classes e mobilizações sociais, além do processo civilizatório brasileiro e como este rebate no entendimento popular em torno de política e participação social.

Em seguida, no terceiro, enfoco as respostas violentas à Revolta do Busão, oriundas mais precisamente pela polícia militar, em termos físicos, e por parte da grande mídia comercial, em termos simbólicos.

Considerando o fato de que mobilizações sociais, que aparentemente podem ser vistas como "perturbando" a ordem social estabelecida pelo capital, o quarto capítulo busca examinar a forma como os protestos são divulgados pelos veículos de comunicação social, veículos estes

que tanto podem seguir a lógica de mercadoria, transformando a Revolta em espetáculo vendável, assim como podem buscar se contrapor à lógica dominante e às mídias corporativas tradicionais, como é o caso da mídia televisiva, que transformou manifestantes em “vândalos” e manifestação em “baderna”, por isso irei tratar também nesse capítulo sobre a questão do "vandalismo".

Para finalizar, trago no quinto capítulo a Revolta do Busão analisada pelos próprios manifestantes, que apresentam o fenômeno de um ângulo avesso dos meios de comunicação que criminalizaram essa Revolta.

2 EM TORNO DA REVOLTA DO BUSÃO

2.1 A LUTA MUDA A VIDA

*“muda que quando a gente muda
o mundo muda com a gente
a gente muda o mundo
na mudança da mente
e quando a mente muda
a gente anda pra frente”*

(Gabriel o Pensador e Itaal Shur)

"A luta muda a vida". Este título foi inspirado na fala de um dos entrevistados e está sendo usado aqui para me propiciar relatar um pouco da minha trajetória pessoal durante a escritura do trabalho, pois posso afirmar que a minha participação na Revolta mudou não só a direção da minha investigação, mas mudou também a minha vida.

Inicialmente, quando pensei na Revolta do Busão como objeto de estudo, as manifestações já haviam começado e como nunca tinha visto uma mobilização desse porte em Natal considerei que esses eventos iriam compor um tema interessante e inédito para ser utilizado como projeto. As únicas coisas que eu sabia do movimento tinha lido em jornais, visto na televisão, escutado alguém falar, ou observado em alguns atos que presenciei por pouco tempo, mas nem mesmo do grupo no Facebook eu fazia parte.

Como já havia escolhido o objeto do trabalho faltavam os objetivos que, devido a esse distanciamento inicial com a mobilização, ficaram um pouco confusos: na época, meu enfoque era na mídia. No final do ano de 2012, travei um conjunto de entrevistas semiestruturadas com os militantes da Revolta e foi quando realmente lamentei não ter participado dos atos da Revolta. Neste momento, comecei a questionar a minha falta de participação numa luta que, por mais pontual que fosse (pois focava na diminuição do aumento das passagens e outras reivindicações ligadas somente ao transporte coletivo) não deixou de ser uma luta por direitos.

Porém, segui em frente com a investigação, até que surgiu a oportunidade que eu tanto esperei: participar. Quando, em maio de 2013, ouvi a notícia de que a tarifa de ônibus urbano

iria aumentar novamente em Natal não fiquei surpresa, porque já aguardava uma atitude dessas do novo-velho prefeito Carlos Eduardo Alves. E então fiquei muito ansiosa para ver "de perto e de dentro", como seria fazer parte de um movimento desses.

A partir da minha primeira participação, no dia 15 de maio de 2013 presenciei cenas de muita violência: nunca tinha visto tantos policiais na cidade de Natal ao mesmo tempo; também nunca tinha visto tantas pessoas “cantando” palavras de ordem. Essa experiência foi marcante para a minha vida porque a partir dela eu comecei a participar da mobilização não porque eu estava escrevendo um trabalho que a envolvia, mas porque me identifiquei com a luta: foi só participando que percebi que a luta era maior e que a Revolta do Busão era só o começo de uma grande revolta.

Em resumo, foram as manifestações de rua e plenárias, das quais eu fiz parte em 2013, que me fizeram pensar no que podemos alcançar, porque de fato somos protagonistas da nossa própria história e precisamos conhecer a realidade para poder transformá-la. Foi nesse meio tempo que mudei minha mente, e como diz a música do Gabriel o Pensador "quando a gente muda/ o mundo muda com a gente", pois o sentimento que fica é esse mesmo, quando o indivíduo se sente parte de um coletivo que propõe mudanças, se sente parte do todo e se sente capaz de promover mudanças.

Exemplo disso foi o dia 17 de junho de 2013, em que pude ver uma grande manifestação nacional, com milhares de pessoas em protesto nas cidades de São Paulo, Porto Alegre, Salvador, Brasília, Minas Gerais, Rio de Janeiro e outras cidades – em São Paulo foram mais de 65 mil pessoas e no Rio de Janeiro cerca de 100 mil pessoas.

Mesmo que eu entenda que boa parte dentre os milhares que foram às ruas protestar tinha pouca consciência política, o que me emociona é o fato de que mobilizações como a Revolta do Busão, deram início a um movimento que se alastrou por todo o País, porque definitivamente os protestos não se resumiam ao aumento de R\$0,20 na passagem.

Diante disso e apesar da dificuldade de compreender o contemporâneo, já que, como nos ensina Harvey (2009, p.301) "nunca é fácil elaborar uma avaliação crítica de uma situação avassaladoramente presente", segui tentando compreender alguns dos elementos deste fenômeno.

2.2 UMA BREVE HISTÓRIA DA REVOLTA

As manifestações que culminaram na Revolta do Busão tiveram como origem a reivindicações pela revogação de aumentos das tarifas de transporte coletivo urbano em diferentes cidades do Brasil. Esta não é uma demanda nova: há na história recente do Brasil outros momentos em que ela aparece. A Revolta do Vintém, no Rio de Janeiro do século XIX talvez seja a mais antiga de que se tem notícia. São reivindicações que historicamente giram em torno não apenas dos altos preços das tarifas quanto pela qualidade do serviço de transporte coletivo oferecido.

Em torno destas bandeiras é que em meados dos anos 2000, nas cidades de Florianópolis e Salvador ocorreram manifestações que conseguiram parar o trânsito durante dias. Em resposta, os aumentos de tarifas de transporte coletivo urbano foram revogados. Foi a partir do ocorrido nestas duas cidades que em 2005, durante o Fórum Social Mundial de Porto Alegre foi criado o Movimento Passe Livre (MPL), com representações em diversas cidades brasileiras.

Pode-se afirmar que as primeiras manifestações que compuseram a assim chamada *Revolta do Busão* – e que desembocaram no que hoje se chama de *Jornadas de Junho de 2013* se iniciaram no final do mês de agosto do ano de 2012 em Natal (RN), e não apenas questionavam o valor das tarifas e a qualidade do transporte coletivo, mas incluíam também a forma de gestão destes: se deveriam atender a interesses das empresas privadas ou garantir direitos sociais básicos. É, neste sentido que o modelo de transporte coletivo adotado no Brasil passa a ser o centro das discussões.

Um diferencial das revoltas que acontecem entre 2012 e 2013 é o fato de que elas tiveram seu início a partir das redes sociais de internet. No caso de Natal, isto se dá a partir, especificamente, do grupo "Revolta do Busão" do site de rede social Facebook, se constituindo, assim, em mais um fenômeno de *ciberativismo*, já que tem um de seus lugares primordiais de atuação o chamado ciberespaço.

É importante salientar que as raízes deste ativismo contemporâneo, cuja presença no ciberespaço é marcante são, em primeiro lugar, a chamada Primavera Árabe² e em seguida diferentes movimentos, dentre os quais podemos listar o Occupy Wall Street³ ocorrido na cidade de Nova Iorque, as lutas dos índios da etnia Guarani Kaiowá⁴ no Brasil. Em Natal, foi fundamental o Movimento Fora Micarla (onde ocorreu ocupação da câmara dos (as) vereadores (as)) que teve um desdobramento no Movimento Primavera Sem Rosa⁵, este último ocorrido na cidade de Mossoró, (RN). Como um dos mais importantes desdobramentos de todos estes movimentos, temos hoje o emblemático Ocupa Estelita⁶, que tem lugar na cidade de Recife, Pernambuco.

É preciso, contudo, atribuir um lugar especial ao Movimento Fora Micarla. Neste sentido, é indispensável voltar dez anos antes da Revolta do Busão existir: quando Natal tinha como prefeito o Sr. Carlos Eduardo Alves (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB). Nesta época, houve diversos reajustes de tarifas de transporte público coletivo⁷, que,

2 Que teve início em 2010 na Tunísia e se alastrou como em “efeito dominó” pelo Oriente Médio e Norte da África, onde as mídias sociais tiveram papel importante na mobilização de indivíduos de toda essa região que se rebelaram contra a opressão promovida por seus governos.

3 Esse protesto teve início em Setembro de 2011, onde a luta se baseia na ocupação constante do coração do setor financeiro de Nova Iorque: Wall Street. Milhares protestaram na época e hoje ainda há ativistas protestando contra a desigualdade econômica e social nos Estados Unidos. O uso das mídias sociais também foi estratégia utilizada nesse movimento.

4 Em 2012 os dois povos indígenas denominados de Guarani-Kaiowa, do Mato Grosso do Sul, que há anos vêm lutando pelo direito de viver em suas terras, na cotidiana disputa entre indígenas e grileiros e indígenas e Estado, assinaram uma carta em que clamavam contra o extermínio coletivo já que a tribo estava sendo extinta aos poucos, seja por assassinato ou suicídio, mas que naquele momento havia sido obrigada a desocupar a região em que viviam por ordem da Justiça Federal. Após divulgação dessa carta começou um movimento nas redes sociais, particularmente, Facebook e Twitter, em que milhares de pessoas acrescentaram o nome da tribo a seus perfis, como forma simbólica de dizer “sou um Guarani-Kaiowá” e apoiar a luta.

5 Enquanto o Fora Micarla ainda estava em curso, as redes sociais ajudaram a mobilizar também manifestação denominada Primavera Sem Rosa, onde estudantes ocuparam a 12^a Diretoria Regional de Educação, Cultura e Desporto (Dired) em Mossoró. O objetivo era fazer com que o governo do Estado do Rio Grande do Norte desse uma resposta a respeito da greve da Universidade do Estado.

6 O Ocupa Estelita é uma manifestação em prol da mobilidade da cidade de Recife, mais particularmente na área do Cais José Estelita, pois ele está ameaçado de ser destruído pelo “Projeto Novo Recife” formado por várias construtoras que compraram o terreno em leilão no ano de 2008 e pretendem verticalizar o espaço. Apesar da falta de divulgação nas mídias tradicionais, através das redes sociais foi feita mobilização que convocou várias pessoas para ocupar o local, inicialmente pela convocação de um ativista do movimento Direitos Urbanos, Sergio Urt, que flagrou uma demolição acontecendo no local, na calada da noite, e foi espancado pelos seguranças de uma das construtoras. A ocupação acontece com manifestações políticas e culturais no local, afim de mobilizar a sociedade para discutir democraticamente e de forma transparente o planejamento urbano na capital pernambucana.

7 Em 19 de maio de 2002 o prefeito Carlos Eduardo Alves autorizou um reajuste de 15,79% no valor da tarifa que subiu de R\$0,95 para R\$1,10. No dia 13 de abril de 2003, a tarifa aumentou novamente de R\$1,10 para R\$1,30. Em 30 de abril de 2005 com nova autorização do mesmo prefeito subiu de R\$1,30 para R\$1,45. Já em 25 de maio de 2006 pulou para R\$1,60 e em 8 de setembro de 2007 foi para R\$1,75. Para finalizar, antes de deixar a

junto com outras questões, levou à cidade de Natal a uma situação de violência social latente. O que se falava no final desta gestão era certa "esperança de mudar para melhor" com a gestão da prefeita Micarla de Sousa, eleita no final de 2008. Micarla era vice-prefeita de Carlos Eduardo e proprietária de uma emissora local de televisão filiada ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT).

Contudo, a gestão de Micarla de Souza (Partido Verde – PV) decepcionou os natalenses. No caso dos transportes urbanos, na gestão de Micarla de Sousa houve reajustes em setembro de 2009, passando de R\$1,85 para R\$2,00, em janeiro de 2011 um reajuste de 10%, ficando com valor de R\$2,20⁸. Ora, Micarla conseguiu o “troféu” de pior gestora de todos os tempos⁹. A situação, apresentada pelas mídias alternativas e pelas mídias de oposição à prefeita era de caos na saúde, na mobilidade urbana, na educação e na coleta de lixo na capital do Rio Grande do Norte, dentre outras situações calamitosas.

Foi quando em 2011, também mobilizado através das redes e mídias sociais, que surgiu o movimento intitulado Fora Micarla. Efetuando uma crítica contumaz a esta gestão, o movimento trazia como uma de suas exigências o impeachment da prefeita, a ser deflagrado em 31 de outubro de 2012, pouco tempo antes do término do seu mandato. Para tanto, manifestantes chegaram a ocupar a Câmara Municipal por 11 dias¹⁰, entre 7 e 16 de junho de 2011, e só saíram depois que foi garantida a instauração de uma Comissão Especial de Inquérito para investigar contratos suspeitos da Prefeitura.

A importância do Movimento Fora Micarla neste trabalho é o fato de que são os seus ativistas que articulam, um ano após, a Revolta do Busão. Ora, o Movimento Fora Micarla se

prefeitura Carlos Eduardo em 31 de julho de 2008 concedeu mais um aumento de tarifa passando de R\$1,75 para R\$ 1,85. As informações relacionadas a preços de tarifas de 2002 a 2013 foram encontradas no periódico online “jornal de hoje” do dia 03 de setembro de 2012. Disponível em: < <http://jornaldehoje.com.br/carlos-eduardo-concedeu-seis-aumentos-e-dobrou-o-valor-da-passage-de-onibus/> >

8 Por último e quase no fim do seu mandato a então prefeita concedeu em 27 de agosto de 2012 o reajuste de 10%, aumentando o valor da tarifa para R\$2,40. Esse novo valor das tarifas de ônibus em Natal foi considerado abusivo, já que o valor de R\$2,40 seria muito alto se levarmos em consideração o valor do salário mínimo de um trabalhador que em 2012 era de R\$622,00 e em 2013 era de R\$678,00, sem falar na péssima qualidade no transporte coletivo desta cidade.

9 Em pesquisa do Ibope em setembro de 2012, divulgada pelo Estadão, a então prefeita de Natal-RN, Micarla de Sousa, teve a pior avaliação, em que 92% dos entrevistados consideraram a sua gestão “ruim ou péssima”.

10 Essa ocupação ficou conhecida como Acampamento Primavera Sem Borboleta.

compôs de apartidários, anarquistas e anarcopunks, e também de militantes de partidos políticos de esquerda e de centro esquerda, notadamente Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Partido Socialismo Liberdade (PSOL), Partido da Causa Operária (PCO), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido dos Trabalhadores (PT), assim como de agremiações estudantis como o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o Levante Popular de Juventude, a Assembleia Nacional de Estudantes – Livre (ANEL), além de coletivos organizados não necessariamente em torno de partidos, como a Marcha das Vadias e outros grupos. São estes sujeitos que, juntamente com o Movimento Passe Livre (MPL), compõem a militância da Revolta do Busão. E assim como o Movimento Fora Micarla, a Revolta do Busão também teve como um de seus traços constitutivos a mobilização online: o ciberespaço e a realidade física eram lugares simultâneos onde circulavam os sujeitos.

Pode-se afirmar, contudo, que o estopim para o surgimento da Revolta do Busão foi mesmo o reajuste de tarifa de ônibus urbano em Natal: no dia 25 de agosto de 2012 a Secretaria de Mobilidade Urbana (Semob) divulgou que a partir do dia 27 (daí a dois dias) haveria um reajuste de R\$0,20 centavos na tarifa de transporte coletivo em Natal, ou seja, 10% no valor das passagens, que iriam do valor de R\$2,20 para R\$2,40. Os ativistas por mim entrevistados argumentaram que o aumento aconteceu "na calada da noite", já que não teria havido nenhuma discussão com a sociedade.

As manifestações se deram em datas muito próximas: os sujeitos do movimento foram às ruas pela primeira vez no dia 29 de agosto de 2012; nesta oportunidade, já houve confronto com a polícia militar; voltaram às ruas nos dias 31 de agosto e 04 de setembro de 2012: neste último dia, as manifestações se deram pela manhã e também à tarde. Os atos seguiam nestes primeiros dias sem intervenções violentas por parte dos militantes – entendendo-se aqui as intervenções onde se busca a quebra material de patrimônio público ou privado.

As ações, assim, se limitavam a ocupação parcial das rodovias e das principais vias da cidade, além de algumas pichações e os chamados “roletaços” – nos quais os manifestantes paravam os ônibus e só liberavam a passagem após todas as pessoas que iriam utilizar o transporte entrassem pela porta que não tinha roleta ou pulassem a roleta, culminando no não pagamento de tarifa. Em todos estes dias de protesto, houve violência policial contra os

manifestantes: a polícia utilizou balas de borracha, spray de pimenta, bombas de gás lacrimogênio e ainda equipamentos de choque.

No dia 07 de Setembro de 2012 o aumento do valor da tarifa foi revogado. Em resposta a essa revogação, as empresas de transporte coletivo urbano, na semana seguinte, alegando desequilíbrio econômico, suspenderam o serviço de integração – que garante ao passageiro pegar dois ônibus pelo preço de uma única tarifa.

Neste momento, a Revolta do Busão voltou às ruas e no dia 18 de setembro aconteceu um ato marcante: um ônibus foi queimado em frente ao shopping mais movimentado da cidade, o Midway Mall, localizado entre as duas principais avenidas de Natal, a Av. Bernardo Vieira e Av. Salgado Filho (BR-101). Nenhum indivíduo saiu ferido neste incêndio, porém, neste mesmo dia houve manifestantes atingidos por todo o aparato repressivo utilizado pelos policiais. Alguns jovens foram presos e houve, segundo contam os manifestantes, um caso de tortura, como podemos ver na fala do entrevistado 01:

Ele, o companheiro, o Gembroso (Felipe) ele não só foi preso na Revolta do Busão, no dia que teve a queima do ônibus, mas ele foi torturado, então o fato dele ter sido torturado, o batalhão fechou na esquina do Midway, bem do lado do IFRN pela Bernardo Vieira, eles fecharam as ruas então não podia passar nem carro nem pedestre, depois eles fizeram um corredor polonês e torturaram o cara, então o cara que não tava, não tinha nem como estar próximo na hora né, quer dizer, do momento que foi colocado fogo e não tinham nem qualquer prova contra ele. (Entrevistado 1)

Após esse protesto, no dia 19 de Setembro os empresários já discutiam o retorno do passe livre por meio da integração, que retornou sua vigência a partir do dia 22 de Setembro. Contudo, apesar desta conquista, os empresários diminuíram a frota dos ônibus e meses depois algumas linhas de ônibus foram retiradas de circulação, sobretudo as linhas que davam acesso ao campus universitário da UFRN (como o 66, 48, entre outros); além disso, a dupla função motorista/cobrador permaneceu, apesar de ser uma das reivindicações da Revolta do Busão a eliminação dessa forma de trabalho.

Ora, as manifestações de 2012 aconteceram em ano eleitoral, pouco mais de um mês antes das eleições para vereadores e prefeito, no entanto, dizem os militantes que as razões da revolta não tinham relação imediata com o pleito. Após a eleição de Carlos Eduardo Alves no final de 2012, a Revolta do Busão seguiu silenciosa, a página do grupo no Facebook era pouco movimentada. Enfim, depois da conquista da revogação e do retorno a integração, a mobilização aparentemente havia adormecido.

No ano de 2013, as manifestações tiveram início em outras cidades do Brasil: em março de 2013 ocorre um conjunto de manifestações em Porto Alegre e logo após em Goiânia.

Já em Natal, a mobilização volta a acontecer após o anúncio de 10 de maio de 2013, sobre um novo aumento da tarifa, desta vez para o valor de R\$2,40 a vigorar partir do dia 18 de maio de 2013. Foi então que em 15 de maio começaram novos protestos em Natal. Contudo, o valor da tarifa realmente aumentou no dia 18, mas os protestos não pararam. No dia 20 de maio houve manifestação em frente a Prefeitura Municipal, pela manhã. Nos dias 21 e 23 de maio de 2013 a Revolta do Busão uniu-se em apoio ao Movimento Sem Terra (MST) e ao Grito da Seca, ampliando seu alcance político ao se articular com outros setores em uma estratégia visando um diálogo com a governadora do Estado, diálogo este que não ocorreu. Nos dias 25 e 27 de maio houve mais protestos: nestes não houve ação violenta da polícia, mas não tinha havido protesto algum até então sem a presença dela.

Neste momento a Revolta do Busão já havia se unido a protestos nacionais contra o aumento da tarifa, já que em capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia, Florianópolis entre outras, também foi aplicado esse aumento de R\$0,20. O primeiro ato de dimensão nacional que a Revolta do Busão se fez presente foi o do dia 06 de junho de 2013; isto se repetiu no dia 13 de junho. Porém, as manifestações não apenas em Natal, mas em todo o Brasil, ganharam mais força após os atos de rua organizados pelo MPL-SP, em São Paulo. Foi, contudo, no Rio de Janeiro onde se contou mais pessoas nas ruas: nos telejornais diziam que eram mais de cem mil no dia 20 de junho, o dia onde houve a manifestação com o maior número de pessoas até aquele momento no Brasil. Neste momento, as manifestações já eram intituladas como "Jornadas de Junho".

Com o crescimento da pressão popular, há algumas conquistas obtidas que podem ser assinaladas: o aumento das tarifas de transportes coletivos urbanos foram suspensas

temporariamente em Porto Alegre após a intervenção do poder judiciário, pressionado pelos manifestantes. Isto ocorreu também em Goiânia. Em Natal a tarifa foi reduzida para R\$2,30. O prefeito Carlos Eduardo Alves argumentou que o fez devido ao fato de que no dia 01 de junho o Governo Federal havia deixado de cobrar dois impostos sobre as tarifas de ônibus das empresas de transporte coletivo: o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o financiamento da Seguridade social (Cofins).

Devo salientar que após esta data os protestos contra o aumento de tarifas para os transportes coletivos seguiram e permaneceram vivos ainda em 2013 e até mesmo tiveram lugar em 2014; no entanto trouxeram cada vez mais um número expressivamente reduzido de manifestantes. Porém, como já apontei na introdução deste trabalho, pensando na necessidade de demarcar um ponto final para o estudo, no que diz respeito ao acompanhamento dos protestos da Revolta do Busão, decidi parar a análise dos dados na data do grande ato nacional ocorrido em 20 de junho de 2013. Este ato terá um momento específico de análise aqui.

3 MOVIMENTO OU MOBILIZAÇÃO SOCIAL?

Existem elementos comuns aos movimentos sociais em suas diversas interpretações e para analisá-los em realidades sociais concretas, como no Brasil atual, Gohn (2010) destaca quatro pontos fundamentais do contexto sociopolítico, econômico e cultural. No primeiro ponto a autora afirma a necessidade de qualificar a ação coletiva que está sendo considerada como movimento social, pois os movimentos sociais divergem de acordo com a conjuntura na qual eles surgem.

E ela faz uma comparação entre os seguintes movimentos: a) Os movimentos da década de 1980, que lutavam por “direito a ter direitos”, tendo como horizonte o universal e b) os movimentos ou ações civis da atualidade, que visam o particular, o imediato, o que contempla apenas uma categoria ou grupo social. Como exemplo destes últimos, temos o movimento feminista, assim como o movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT), o movimento negro, o movimento dos sem terra e sem teto, etc. Essa mudança (de reivindicações mais amplas para lutas mais pontuais) é considerada pela autora como condicionalidade gerada pela nova institucionalidade criada pelas políticas públicas.

Como segundo ponto fundamental para análise dos movimentos sociais aparece a mudança no cenário das relações desenvolvidas entre os diferentes sujeitos sociopolíticos neste milênio. E neste sentido ganha destaque a difusão do uso de novas tecnologias e a expansão dos meios de comunicação. Nesse ponto é possível perceber (ainda que Gohn não traga estes exemplos) o quanto vem sendo importante as mídias alternativas, como blogs, páginas em redes sociais, rádios comunitárias, etc., que compartilham informações mostrando o outro lado, ou outro ponto de vista diante de uma mesma situação apresentada pelas mídias tradicionais.

Posso citar aqui a Mídia Ninja¹¹, o Blog do Sakamoto¹², o site da Carta Capital¹³, a página de Socialista Morena¹⁴, de Conceição Oliveira¹⁵, o Portal 247¹⁶, o site Pragmatismo Político¹⁷, blog de Lola Aronovitch¹⁸, dentre outros.

No terceiro ponto, Gohn considera as alterações do papel do Estado em suas relações com a sociedade civil e em seu próprio interior. Aí ela destaca as novas políticas sociais de inclusão social (índios, afrodescendentes, mulheres, etc.), que de certa forma retira dos movimentos e ações coletivas de protestos, alguns sujeitos políticos que agora mobilizam-se por políticas sociais institucionalizadas, ou seja, criam-se novos sujeitos sociopolíticos que são demarcados por laços de pertencimento territorial, étnico, de gênero, etc., fazendo com que de certa forma desapareça a dimensão política da ação coletiva. Já no quarto e último ponto a autora afirma a existência de lacunas na produção acadêmica no que diz respeito aos movimentos sociais, pois apesar de existir uma multiplicidade de concepções de autores diversos no debate teórico acerca dos movimentos sociais, como Alan Touraine, Mellucci, Casteels, além da própria Gohn, dentre outros, cujas abordagens são distintas e heterogêneas, não existe ainda uma teoria que defina de maneira global um movimento social. Porém, apesar dessa falta de uma concepção homogênea é possível afirmar: um *movimento social* expressa uma ação coletiva que decorre de luta sociopolítica, econômica ou cultural e há ainda alguns aspectos fundamentais na sua definição:

¹¹ Que pode ser acessado no site: pt-br.facebook.com/midiaNINJA.

¹² Que pode ser acessado no site: blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br.

¹³ Que pode ser acessado no site: www.cartacapital.com.br.

¹⁴ Que pode ser acessado no site: socialistamorena.cartacapital.com.br

¹⁵ Que pode ser acessado no site: www.revistaforum.com.br/mariafro/tag/conceicao-oliveira

¹⁶ Que pode ser acessado no site: www.brasil247.com

¹⁷ Que pode ser acessado no site: www.pragmatismopolitico.com.br

¹⁸ Que pode ser acessado no site: escrevalolaescreva.blogspot.com.br

Usualmente ele [um movimento social] tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias – que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte as suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações. (GOHN 2010, p. 14).

Por outro lado, é preciso falar também de outra categoria de movimentos e ações coletivas: a chamada *mobilização social*. Esta, segundo Toro e Werneck (2004) se constitui em fenômeno de aparente propósito passageiro e se dá quando um grupo de pessoas decide e age com um objetivo comum, buscando resultados almejados por todos, onde a participação é uma escolha que se dá livremente quando as pessoas se veem responsáveis e capazes de provocar e construir mudanças.

Além de ser um ato de comunicação, no sentido de compartilhamento de discursos, visões e informações, a *mobilização social* deve ser orientada para a construção de um projeto futuro, ainda que sua ação seja menos duradoura do que a ação do movimento social.

Ora, a Revolta do Busão se apresenta como um destes momentos extremos de aparente crise social e onde há intensa interação entre sujeitos, embora essa interação apresente uma divisão de grupos com interesses diversos e categorias também distintas como raça, etnia, condição sócio econômica, entre outras, o que gera uma interação não tão homogênea nem tão harmônica, mas que em alguns momentos fazem com que os indivíduos se sintam parte de um todo, vivendo intensamente um horizonte que parece único, uma utopia, ainda que frequentemente momentânea¹⁹.

Diante das definições acima, acredito que não é possível definir a Revolta do Busão enquanto movimento social ou mobilização social, pois essa manifestação apresenta elementos que podem ser encontrados tanto no conceito de um como do outro, por isso seguirei tratando-a a partir da definição dada para ela pelos seus militantes e também pela mídia alternativa que busca apresentá-la: Revolta Popular.

¹⁹ Durkheim chama esses momentos de intensa interação entre os sujeitos sociais de "momentos de efervescência" (cf. BOTTOMORE, p. 294-295).

3.1 REVOLTA POPULAR E LUTA DE CLASSES

É importante lembrar que quando tratamos de protestos como os elencados neste trabalho estamos trazendo à tona a discussão sobre lutas de classes. Neste sentido é que é essencial situar a Revolta do Busão no plano das relações sociais contraditórias que permeiam nossa sociedade.

A divisão social em classes expressa a desigualdade social própria do capitalismo: essa divisão é feita entre aqueles que precisam trabalhar para sobreviver porque só possuem sua força de trabalho como bem – a classe trabalhadora; e aqueles que são donos dos meios de produção, inclusive da força de trabalho alheio, quando a compram – a classe burguesa. Ambas são necessárias à manutenção da ordem capitalista, pois respectivamente enquanto uma precisa vender a força de trabalho para o capital, a outra precisa comprar a força de trabalho para garantir a reprodução e acumulação da mais-valia por meio da exploração.

Em meio a essa divisão, Marx e Engels logo no início do Manifesto Comunista dizem que “a história de todas as sociedades existentes até hoje é a história das lutas de classe”. Contudo, de acordo com Bottomore (2001), sobre luta de classes, no *Dicionário do Pensamento Marxista*, essa luta não pode mais se resumir em um confronto exclusivo entre burguesia e proletariado, pois desde o final do século XX existe uma concepção de que a luta se dá entre vários grupos sociais, que de um lado dominam e dirigem a vida econômica e social e, de outro lado estão os que são subordinados e dirigidos.

É preciso também lembrar que em meio a essa divisão social em classes há a chamada classe média, bem representadas nesta mobilização que ora analiso. Esta classe ocupa uma posição entre a classe trabalhadora e a burguesia, oscilando no apoio a cada uma das duas classes conforme a conjuntura, tendendo, porém, a apoiar a burguesia na grande maioria do tempo. As classes médias se afastam da classe operária no que diz respeito ao poder aquisitivo, pois possuem uma maior capacidade de consumo, contudo assim como a classe trabalhadora continuam sob o domínio e controle do capital.

Na verdade, as classes médias são desdobramentos da classe trabalhadora, pois fazem parte dessa classe aqueles que, assim como os operários, precisam do trabalho para sobreviver, mas que por possuírem um poder de consumo significativo, não conseguem se enxergar

enquanto classe trabalhadora e por isso sentem menos significativamente os efeitos da exploração capital-trabalho. É muito frequente se colocarem em uma zona de conforto, no sentido de se sentirem confortáveis negando a exploração e negando sua participação nas lutas de classes (o que está diretamente relacionado ao processo de alienação). Porém, em momentos de acirramento de conflitos sociais, estas classes médias são frequentemente obrigadas a tomar posição.

É quando, em um momento de mobilização social como a Revolta do Busão, perpassada por intensa efervescência social se pode, ainda que sem perspectiva de grandes transformações, superar, momentaneamente, a alienação. É dessa superação que Iasi (2011) nos fala.

Ora, para Iasi (2011) as relações baseadas na propriedade privada e no trabalho assalariado produzem relações de alienação em três níveis: a) quando o trabalhador não reconhece o que produz e então se coisifica, se distancia da natureza e se fetichiza; b) quando aliena-se da própria atividade, ao encarar o trabalho, não como próprio da vida, mas como meio pelo qual sobrevive; e c) quando ao invés do trabalho ligar o indivíduo a humanidade ele o aliena da sua espécie por pensar no trabalho como meio para garantir uma sobrevivência particular.

Assim, segundo Iasi (2011), quando um indivíduo percebe que vive uma contradição entre antigos valores assumidos e a realidade das novas relações vividas pode haver uma superação inicial da alienação. Na verdade, diz ele, essa passagem só ocorre de fato se ocorrer em grupo, se o indivíduo se identificar com o outro nessa mesma contradição, pois, a injustiça vivida e partilhada por um grupo – como *revolta*, poderíamos afirmar – pode possibilitar uma ação coletiva com perspectiva de mudança, uma ação no sentido de reivindicação e exigência de mudança da injustiça.

Porém, mesmo que isso signifique uma superação da alienação, essas mobilizações apenas negam uma parte da ideologia dominante, pois frequentemente o grupo contenta-se e acomoda-se quando atinge seus objetivos, quando suas reivindicações são atendidas. Neste sentido, e lutam não para a superação da ordem estabelecida, mas em busca de uma adaptação a essa ordem. Não enxergam as causas, mas sim os seus efeitos, seus sintomas (IASI 2011).

Esse processo de alienação aparece nas mobilizações que compreendem a Revolta do Busão, principalmente em junho de 2013, em que a luta, que deveria unir e aproximar os trabalhadores, no seu desenrolar colocou “uns contra os outros”, principalmente quando alguns militantes foram rotulados como “vândalos”, o que associou a luta com marginalidade, criminalidade, como será abordado mais adiante.

3.2 PARA QUE PROTESTAR? SOBRE A APATIA NAS LUTAS SOCIAIS E OS MITOS FUNDADORES DE UMA IDENTIDADE NACIONAL

“O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala nem participa dos acontecimentos políticos.

Ele não sabe o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas.”

(Bertolt Brecht) (Grifo meu)

Em seus primeiros momentos, ainda no ano de 2012, a Revolta do Busão recebeu pouquíssimo apoio da população natalenses. Esta reiteradamente questionava o fechamento das vias em horários de pico no trânsito e os métodos adotados pelos manifestantes. Os protestos aumentaram de forma gigantesca em todo o Brasil, principalmente a partir da divulgação – principalmente por meio das redes sociais na internet – da violência e repressão policial contra os manifestantes, em especial a partir do caso da capital de São Paulo, considerada por alguns blogueiros como a verdadeira “fagulha” das manifestações de junho de 2013, que passaram a ser chamadas de “jornadas de junho”. Os fatos ocorridos em São Paulo, na verdade ganharam repercussão nacional não só nas mídias alternativas, mas também na grande mídia burguesa.

Assim, é possível talvez afirmar que foi a partir do caso de São Paulo que se deu uma adesão de massa de diferentes sujeitos sociais às manifestações, talvez pelo fato de que suas imagens traziam para o imaginário coletivo a revivescência de outras imagens, vale dizer, aquelas veiculadas a memórias de uma ditadura recente. Desta maneira, partindo de um estopim pontual (a crítica ao sistema de transporte coletivo) pode-se passar a outras dimensões da crítica. Para o MPL (2013),

No momento que se fortalecem as catracas, as contradições do sistema tornam-se mais evidentes, suscitando processos de resistência (MPL-SP 2013, p. 22).

Neste sentido é que as manifestações passam então a emocionar parcelas mais amplas da população, notadamente aquelas que começaram a acompanhar as mobilizações via internet e a se mostrar entusiasmadas com possíveis mudanças no quadro político do País. Esta nova militância online expressava sua esperança em novos e múltiplos blogs, assim como em páginas de redes sociais na internet, incrementando os muitos debates travados nos diferentes fóruns também criados após as primeiras manifestações de junho.

A luta que se propagou em torno da revogação do aumento da passagem, tinha na verdade uma proposta bem mais ousada de tarifação do transporte coletivo: a tarifa zero. Por esta proposta, a tarifa não seria paga pelo usuário diretamente, mas sim a partir dos impostos públicos, o que já ocorre em relação a outros serviços como o da coleta do lixo. Na verdade, esta proposta já existia mesmo antes da criação do Movimento Passe Livre (MPL) em 2005, e apareceu como bandeira de luta neste momento das manifestações.

Com a repercussão dos protestos a pauta também foi incrementada com diversos outros elementos, dentre eles a crítica à violenta repressão policial e aos gastos do Brasil com os eventos esportivos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas em 2016 no Rio de Janeiro. Protestos exigindo maior investimento em saúde e educação e o combate à corrupção também foram intensamente ouvidos.

Dois outros pontos de pauta foram incluídos em meados de junho: o primeiro exigia que a proposta de Emenda Constitucional 37/2011 fosse revogada. Ora, a proposta de Emenda Constitucional 37/2011, abreviada como PEC 37, foi um projeto legislativo brasileiro que se aprovado proibiria investigações pelo Ministério Público (No dia 20 de junho, sua votação foi adiada e por fim o Projeto foi rejeitado como anti-democrático). O segundo exigia que a câmara dos deputados e o senado federal aprovassem o projeto de lei que alterava o Código Penal para aumentar a punição para corrupção e tornar esse tipo de delito crime hediondo (Este projeto foi aprovado no dia 26 de junho pelo Senado Federal).

Atrelada a essa constante mudança/ acréscimo de pauta, não só o número, mas também a diversidade de participantes aumentou. As demandas, que agora eram transversais, traziam

pautas que envolviam direitos de todos os campos – como saúde, educação, segurança, entre outros. Desde críticas contra o Ato Médico, até à chamada Proposta de Cura Gay defendida por algumas igrejas evangélicas, até à postura homofóbica do pastor Marco Feliciano. Lia-se no Facebook novos atos sendo agendados para "festejar as conquistas". Como disse Rolnik (2013), as jornadas de junho fizeram "emergir não uma, mas uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos" (ROLNIK 2013, p. 10).

Assim, nas ruas os escritos nos cartazes expressavam desejos diversos, desde referentes a pautas clássicas e conjunturais dos movimentos sociais organizados quanto outros, onde se buscava "brincar" com o momento. Veja-se abaixo alguns exemplos de frases presentes em cartazes da época, nas manifestações que ocorreram em Natal:

100% dos royalties do Petróleo para a educação
 Transporte é direito e não mercadoria
 Reprimir partido é papel das ditaduras
 Não ao ato médico/ Respeito aos profissionais da saúde
 Um povo mudo não muda
 Desculpe o transtorno, estamos mudando o País
 Serviço Social se faz na Luta
 Ideias são a prova de balas
 Passe livre já/ Poder Popular/ Violenta é a polícia
 Afasta de mim esse cale-se
 Proibido virar à direita
 Nem esquerda nem direita, quero ir pra frente!
 Calma, Feliciano! Estamos limpando uma merda por vez.
 O Gigante acordou
 Me chama de copa e investe em mim. Ass: saúde e educação
 Enquanto você assiste TV, mudamos o país por você
 Se pode parar pelo Carnatal, pode parar pelo Brasil
 Jogaram menthos na geração Coca-Cola
 Feliciano, pra você é de graça
 PEC na minha e balance
 Obrigada Facebook
 Desliga o videogame que o Brasil vai passar de fase
 Finge que é Carnatal e deixa a gente passar
 Nosso suor sagrado é bem mais belo que esse sangue amargo
 #somostãojovens
 Festeje o seu direito de lutar
 Não é por causa de 20 centavos. É pelos outros 2 reais que deixa a passagem cara pra caralho
 To doente, acordei meio GAY hoje
 Vendi minhas roupas para pagar a passagem
 Spray de pimenta, huumm... delícia
 Todo carnaval tem seu fim
 Armaria Feliciano, nam
 Odeio bala de borracha/ Joga halls

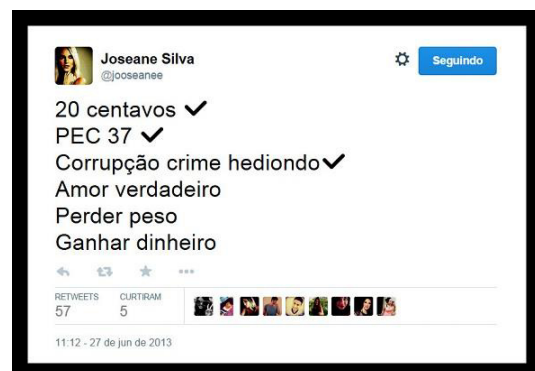
Em seguida, apresento um conjunto de imagens trazendo pessoas portando cartazes onde aparece este conjunto plurifacetado de demandas, imagens estas amplamente divulgadas no ciberespaço, mais especialmente nas redes sociais de internet, como o Facebook:



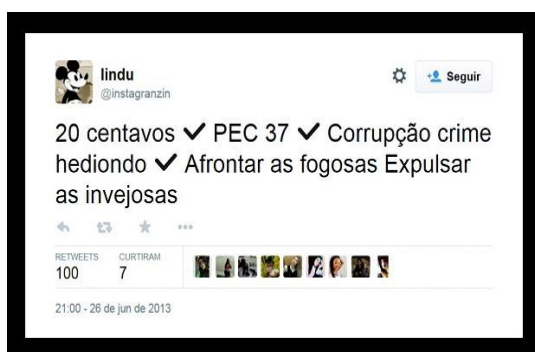
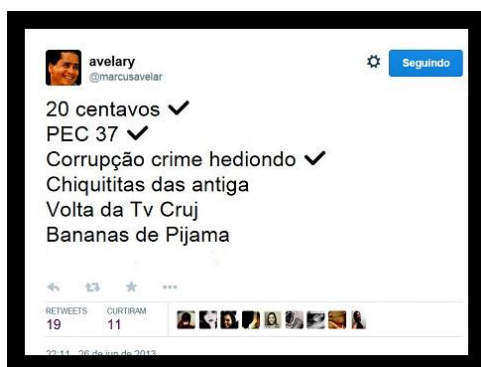
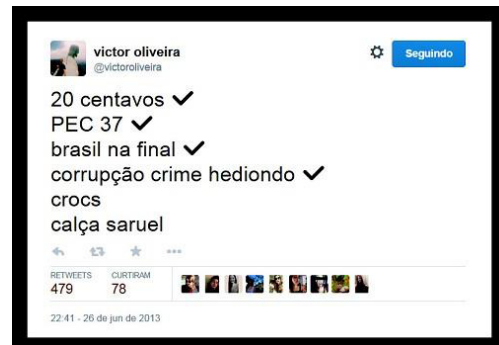


Imagens retiradas de páginas do Facebook²⁰ tratando sobre a Revolta do Busão

Ainda no ciberespaço, mas desta vez no site Twitter, foram publicadas centenas de vezes reivindicações as mais esdrúxulas e por vezes recheadas de muito humor, algumas delas assinalando o fato de que já que a tarifa de transporte coletivo urbano havia sido revogada e logo após a Pec 37 e também a corrupção como crime hediondo, outras demandas poderiam na mesma medida ser atendidas. Sinalizando, de uma maneira por vezes galhofeira a necessidade de ampliação desta pauta, e neste sentido incorporando desejos pessoais e de alguma maneira também "brincando" com este momento histórico onde explodiam e pipocavam toda a espécie de demandas, foi possível ler um conjunto de twittes:



²⁰ Imagens obtidas em www.facebook.com. Acesso em 19/07/2014.



Imagens retiradas do site Twitter (www.twitter.com)

Em uma real carnavalização da política (BAKHTIN 1993) e uma espetacularização do espaço público, muito próprios do Brasil (DaMATTA, 1997), os manifestantes iam se expressando espontaneamente, fora e dentro das ruas, ou seja, na esfera física e no mundo online, ao ponto de os próprios analistas não compreenderem o sentido concreto e final dos protestos, alguns destes analistas deixando "para o futuro explicar" no que haviam consistido as Jornadas de Junho.

Porém, já no final deste mês, o clima de esperança expressa nos fóruns online e nas assembleias se transformava em frustração, principalmente entre os militantes que participaram dos atos da Revolta desde seu início. Ao mesmo tempo, isto parecia acontecer também nas ruas. O incrível aumento do número de pessoas nas vias públicas interessadas em participar nos dias de protesto se transformava em problema, pois incidia na falta de comunicação entre os manifestantes, o que desarticulava muito rapidamente as ações durante os atos. Estes paulatinamente foram se transformando na *massa desordenada*, nas palavras dos próprios militantes.

Como entender esta dificuldade no fazer política? Certamente há aí uma falta de experiência no fazer política. Nosso País vive em uma democracia há muito pouco tempo (pouco mais de 20 anos). Mas não é só isso.

Os fatos acima são compreensíveis também se investigarmos um pouco sobre o imaginário político-ideológico que fez parte do processo civilizador brasileiro e que mostrou que tem força até hoje. Os chamados mitos fundadores que formam, de maneira idealizada, a identidade do povo brasileiro, reproduzem um discurso contraditório, como todos são cidadãos, haveria supostamente liberdade individual e participação no poder político. No entanto, o que existe é uma falsa igualdade construída pela ideia de igual participação na sociedade, convivendo ao mesmo tempo com a luta de classes e mostrando que existe uma desigualdade política e também econômica (IAMAMOTO, 1982).

Chauí (1994) também trabalha com a noção de mito fundador, onde um deles trata sobre a elaboração mítica do "Oriente", que simbolicamente remete ao Jardim do Éden, pois a Bíblia no livro da Gênese, diz que o paraíso terrestre é no Oriente, e em muitos textos de navegantes

e evangelizadores, descreveram a América como esse paraíso, e descrições desse tipo se repetem em cartas de Vesúcio e na famosa carta de Pero Vaz de Caminha sobre o Brasil. O que faz parte da imagem mítica fundadora do Brasil e pode ser visto na bandeira nacional, que simboliza a natureza: floresta, ouro, céu, estrela; enquanto de outros países produzidas no mesmo período expressam acontecimentos sócio políticos – a autora não acredita que a bandeira seja despolitizada ou a-histórica, ao contrário, para ela é extremamente politizada de acordo com esse contexto mítico de paraíso terrestre que adotou.

O mesmo fenômeno da bandeira pode ser visto no Hino Nacional brasileiro, que enfatiza um Brasil que pertence ao mundo da natureza, não da cultura e da história nem da luta política. Nesse País, nosso estado de natureza é paradisíaco e por isso somos ordeiros e pacíficos (diferentemente do que diz Hobbes), além disso, temos Deus como governante, que envia seu representante para manter a harmonia originária (CHAUÍ, 1994).

Levando em consideração esses fenômenos que acompanharam o processo civilizatório do Brasil, é possível entender porque os acontecimentos, nomeados como “as jornadas de junho” tiveram características *abrasileiradas*, mostrando que esses mitos estão vivos e longe de serem superados, haja vista a expressão deles quando os protestos ganharam a adesão da grande massa, que antes só criticava e passou a querer ir as ruas bradar que “um tal gigante acordou”. O processo histórico do Brasil explica essa dominação cultural e a falta de teoria crítica e escassez de reflexão que podemos ver expresso nesses processos políticos, como pode ser percebido na análise de Sergio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1995).

Num clamor à democracia, os mesmos que pintaram o rosto de verde e amarelo, proibiram bandeiras de partido, apontaram e bateram em “baderneiros/vândalos infiltrados” que queriam “desordenar” o protesto, abraçaram a bandeira do Brasil, cantaram o Hino Nacional repetidamente, protestaram quase como numa marcha cívica e mostraram-se cidadãos que sabem se manter civilizados, mesmo “à base de balas de borracha” e sob “bombas de efeito moral”.

Pouco importa a precária mobilidade urbana que castiga os trabalhadores e os estudantes, usuários do transporte coletivo, além do escancarado descaso social que viola inúmeros direitos de todos os brasileiros diariamente, é dever dos verdadeiros manifestantes pacífico-cívicos condenar veemente aqueles mais revoltosos, que picham muros, agridem

patrimônio público ou privado, ou reagem a força policial, afinal, a grande mídia comercial disse que não se pode apoiar vandalismo ou vândalos, não é mesmo?

É possível afirmar que o termo *vândalos* foi um dos mais utilizados nas manifestações, ganhou corpo e sentido rapidamente após ser utilizada pela chamada “grande mídia comercial”²¹, para designar principalmente os manifestantes que enfrentaram a polícia (esta última, atuando em defesa do patrimônio público e privado), reagindo à explícita violência e truculência policial, já que esses manifestantes atacaram em algumas ações bancos e prédios. Essa situação gerou uma tensão na população brasileira costumeiramente “pacífica” e isso se transformou numa estratégia de criminalização do movimento social a ser utilizada pela mídia, que desviando a atenção dos problemas sociais centrais que mobilizaram as manifestações, focou como prioridade absoluta na punição das pessoas com ações mais radicalizadas, o que reforçou nas massas a ideia de militarização do social, como fala Fleury (2013).

Nesse contexto, o patriotismo que fica evidenciado nas manifestações camufla a ideia de um Brasil que precisa de mudanças concretas, no campo da saúde, educação, segurança, mobilidade urbana, enfim, que precisa de transformações para além dos R\$ 0,20 centavos que mobilizaram milhares de pessoas a protestar. Assim, as ações de cantar o Hino nacional, declarar amor à pátria, além da fragmentação entre manifestantes pacíficos e “vândalos”, mostra como é difícil superar a alienação, da qual falei no capítulo anterior, que a ideologia dominante imprime nos trabalhadores, enfraquecendo a luta dessa classe.

21 Muitos autores utilizam essa nomenclatura ao referirem-se as grandes corporações midiáticas, que expressam interesses conservadores e tem sua programação baseada na lógica da mercadoria.

4 REPRESSÃO, VIOLÊNCIA, "VANDALISMO"

4.1 LEMBRANDO DE 1964: A VIOLÊNCIA POLICIAL CONTRA OS MANIFESTANTES

*“Na primeira noite eles se aproximam
e roubam uma flor do nosso jardim.
E não dizemos nada.
Na segunda noite, já não se escondem:
pisam as flores,
matam nosso cão,
e não dizemos nada.
Até que um dia,
o mais frágil deles
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a luz e,
conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.
E já não podemos dizer nada”*

*(Eduardo Alves da Costa)
Niterói, RJ, 1936²²*

Este capítulo aborda a violência que acontece explicitamente em torno das manifestações sociais no Brasil e que mostrou-se muito forte durante o processo de luta contra o aumento das passagens em Natal e em muitas outras cidades do Brasil.

É interessante e perturbador refletir sobre o fato de que a última Ditadura Militar no Brasil ficou "no século passado" e que hoje, no século XXI somos uma nação livre, vivendo em tempo de democracia. Ora, não foi bem isso que os fatos da Revolta do Busão nos mostraram, a todos nós que participamos deles. Foi o que percebi durante as entrevistas efetuadas com militantes em 2012 e quando de minha observação participante em 2013: neste momento, as

²² Poema publicado no livro 'Os Cem Melhores Poetas Brasileiros do Século', -organizado por José Nêumanne Pinto, pag. 218.

situações de violência que, de longe já me pareciam explícitas foram também observadas, presenciadas e sentidas.

Separei algumas falas de entrevistados que retratam momentos marcantes relacionados à ação policial durante os atos da Revolta do Busão de 2012 e que, de certo modo fazem lembrar os tempos de terrorismo que vigoraram no Brasil entre 1964 e 1985:

[...] foi extremamente repressivo, né? Muita repressão [...] atiraram na gente bala de borracha [...] o tumulto todinho começou porque a polícia civil começou a puxar arma, ameaçar os estudantes né, dar coronhada nos estudantes, né.

[...] para mim o momento mais marcante foi quando a polícia [...] foi em cima dos estudantes e que jogaram bombas, bateram com cassetetes [...] polícia pra quem precisa, nós éramos estudantes, jovens e não seria necessária a polícia naquele momento e ai como várias pessoas que eu conheço ficaram machucadas, tomaram spray de pimenta, todo mundo ficou muito assustado.

O que é que eu estou fazendo de mal que eu estou correndo da polícia? qual o crime que eu estou cometendo né?! [...] o professor Felipe que foi acusado de incendiar o ônibus falou, contou nos mínimos detalhes as violências que tinha sofrido, que todas as viaturas que chegavam desciam quatro policiais e batiam nele, era spray de pimenta na boca, no rosto, no olho.

Eu sofri violência policial, foi muito marcante, pela violência em si, por ter vivenciado a agressividade, pela violência institucional policial [...] foi spray de pimenta, foi tortura na Revolta do Busão [...] uma lista com nomes de estudantes que participaram dos movimentos sociais e professores que também participaram sendo investigados.

Abordaram todo mundo de uma forma muito violenta [...] muito amigo meu saiu machucado, queimado, com estilhaços de bombas, eu fiquei muito assustada, então, foi bastante perturbador ver a ação da polícia.

Além das falas desses entrevistados, chamaram atenção as palavras de ordem: “que coincidência, não tem polícia, não tem violência”. Pois foram bastante utilizadas nas manifestações quando a polícia não compareceu aos protestos, ou compareceu em número bem menor do que antes das manifestações tornarem-se programa de exibição obrigatório para a grande mídia comercial, em junho de 2013.

A partir disso e da experiência de vivenciar os protestos *in loco* – onde também fui atingida por bomba de gás lacrimogênio – foi possível presenciar diversos acontecimentos, como pessoas correndo por medo da polícia, polícia atirando balas de borracha nos manifestantes, polícia munida de máquinas de choque e spray de pimenta, estudantes cercados por policiais do Batalhão de Choque, polícia federal e ainda polícia civil, muitas pessoas atingidas por bala de borracha e alguns manifestantes revidando com pedras os tiros de bala de borracha.

Enfim, é possível afirmar que todos ali presentes foram atingidas por alguma coisa; no final das contas, além disso, algumas pessoas que participaram dos atos da Revolta do Busão em 2012 e que foram perseguidas, tiveram suas vidas investigadas pela polícia, instrumento do Estado que mantém o monopólio legítimo da violência.

Tudo isso faz muita gente pensar: que democracia conquistamos? Que legado foi esse deixado pelas décadas autoritárias e repressivas do século XX? Assim é que diante de toda essa repressão, é impossível não questionar a democracia na qual vivemos, afinal com as aulas de história do ensino médio aprendemos que o Brasil é um país democrático onde existe liberdade de expressão e, portanto onde o povo pode fazer manifestações, pode protestar.

Em meio a essa imprecisão sobre a democracia ou falta de democracia que existe no Brasil, lembro que Queiroz (S/D)²³, nos diz que temos o direito de protestar: ora, no Brasil

23 JULES QUEIROZ, "Direito de protestar". Disponível no site: <http://www.gazetadoeste.com.br/opiniaodireito-de-protestar-11464>. Acesso em 12/06/2014.

protestar é um direito que temos e esse direito está assegurado pela Constituição. Apesar de não se encontrar o termo “direito ao protesto”, é possível encontrar na Carta Magna o direito de reunião pacífica e o direito de liberdade de expressão do pensamento, o que significa que a população tem o direito de se expressar através de um protesto e tem o direito de exigir direitos. Isso fica bastante claro também nas palavras de Cunha Júnior (2011) ao definir o direito de reunião, pois para ele:

Trata-se de um direito fundamental que investe **as pessoas** de poderes jurídicos de se agruparem em locais abertos ao público para, **juntas** e conscientemente, independentemente de autorização do poder público, protestarem, reivindicarem ou exprimirem idéias, pouco importando digam respeito a aspectos religiosos, culturais ou políticos. É a expressão coletiva da liberdade de manifestação do pensamento. (grifo nosso). (CUNHA JÚNIOR. 2011, p.697 apud RÊGO, 2013, p.48)

Dito isso, há de se concordar que os protestos da Revolta do Busão são legítimos e que foi um crime a tentativa de parar essa mobilização, um crime ordenado pelo Estado através da repressão policial. Ademais, não faz sentido julgar a Revolta do Busão como uma manifestação que fere o direito de ir e vir das pessoas quando interdita parcialmente as principais vias de Natal durante os protestos – até porque os atos não duram 24h – pois esse direito está sendo retirado na medida em que há o aumento da tarifa e antes disso a cidade já apresentava uma deficiência no quesito mobilidade urbana.

Vale lembrar ainda que o direito de ir e vir dos indivíduos foi literalmente negado quando as empresas resolveram recolher todos, isso mesmo, todos os ônibus em dias de manifestação, fazendo com que milhares de pessoas que dependem do transporte coletivo para voltar para suas casas ficassem nas ruas e paradas da cidade de Natal sem perspectivas da hora que retornariam para casa. Esse fato nos faz ainda mais uma vez lembrar de democracia. É interessante perceber que Bonavides (1993) a conceitua como:

Aquela forma de exercício da função governativa em que a vontade soberana do povo decide, direta ou indiretamente, todas as questões de governo, de tal sorte que o povo seja sempre o titular e o objeto, a saber, o sujeito ativo e o sujeito passivo do poder legítimo. (BONAVIDES, 1993, p.13).

Ora, se democracia é isso, temos de nos perguntar por que é que buscando conter mobilizações, como a Revolta do Busão, os governantes utilizam repressão policial com batalhões de choque contra a população civil desarmada? Esta medida fere não só a democracia, mas também os Direitos Humanos, pois as manifestações populares são tratadas como caso de

polícia e o Estado, que deveria zelar pelos cidadãos, pode ser considerado o principal acusado na violência contra esses direitos.

Por isso é preciso conhecer a posição de alguns autores, que acreditam que a democracia implantada na sociedade capitalista apresenta um caráter ilusório de isonomia, pois oferece em meio a desigualdade social, apenas a possibilidade de emancipação política dos indivíduos e não emancipação humana, afinal na democracia burguesa a liberdade é aparente. Em análise sobre o que é democracia para Marx, Ivo Tonet (2009) conclui que:

Democracia – aí incluindo a cidadania – é forma política. Ela é a expressão formal (igualitária) do conteúdo real (desigualitário) gerado pela relação capital-trabalho. Por isso mesmo, a democracia é, ao mesmo tempo, expressão da desigualdade social e condição da sua reprodução. (TONET. 2009. p. 17)

Continuando a análise, Tonet avalia a democracia como uma forma de liberdade limitada e lembra o que disseram Marx e Engels, no *Manifesto Comunista* (1998, p. 29-30), *que o primeiro passo na revolução operária é a passagem do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia pela luta. Ou seja, a partir do domínio da maioria sobre a minoria, o que não é o caso da nossa sociedade onde a burguesia que representa a minoria explora a classe trabalhadora que é a grande maioria.*

Com os protestos acontecendo nessa democracia a que o capitalismo nos dispõe, pude perceber um medo das pessoas de participar dos atos. Algumas que diziam concordar com a Revolta não compareciam a manifestação por temer a ação da polícia, outras que participaram das primeiras manifestações desistiram de seguir fazendo parte do protesto por temer as represálias, ou seja, o medo da repressão que existia na época da ditadura ainda é latente e desmobiliza a participação popular. Contudo, assim como nos anos de chumbo, ainda há quem resista, quem enfrente o medo, quem enfrente o Estado e a ordem social capitalista vigente.

Por fim, os 21 anos de Ditadura no Brasil, 1964 a 1985, foram marcados por arbitrariedades, repressão para quem se mostrava contra o regime militar, perseguição política, censura, autoritarismo, tortura, enfim por uma total falta de democracia, mesmo. E hoje em dia a democracia que temos não nos garante liberdade plena, mas parcial e limitada já que com a democracia implantada no capitalismo os indivíduos são mais livres do que numa ditadura, mas não são plenamente livres. E até mesmo essa liberdade a mais que a democracia dispõe não se sustenta em um momento de rebelião, como pode ser visto nas manifestações através da

repressão policial e também pelo fato da mídia, que aliada à classe dominante, camufla ou apoia – através da banalização da violência contra os manifestantes – as atrocidades cometidas contra estes.

5 A CRIMINALIZAÇÃO DA REVOLTA DO BUSÃO

Para compreender como foram divulgados os protestos no Brasil e na capital do Rio Grande do Norte, é preciso entender porque é tão importante para a mídia comprometida com os interesses do capital transformar as notícias em espetáculo.

De acordo com Franzão (2006) “quanto maior for sua penetração junto à população, maior será sua abrangência”. Nesse trecho Franzão se referia à necessidade dos veículos de comunicação em conquistar maior audiência e circulação, pois sua dimensão no mercado publicitário basicamente define a distribuição de investimentos dos anunciantes.

Isso significa que os meios de comunicação lucram de acordo com sua abrangência, no que diz respeito ao número de espectadores que eles conquistam. Nesse sentido, parece plausível relacionar o poder midiático de conquista da população – que propõe ao seu espectador atitudes como pensar e agir – com a forma com que alguns veículos de comunicação noticiam uma mobilização social. Pois se um movimento social é contrário à lógica capitalista como é o caso da Revolta do Busão, não é interessante para essa mídia que espera lucros e que transforma seus telespectadores em marionetes, apoiar um movimento que coloca em pauta a possibilidade da população assumir coletivamente a gestão da política tarifária do município, afinal isso interfere no poder simbólico que esse tipo de veículo de comunicação exerce sobre as pessoas.

Todavia vale salientar que além desses meios de comunicação tradicionais – que visam a obtenção de lucro e podem ser chamadas de grande mídia comercial, uma vez que segue a lógica do mercado – existem meios de comunicação que são alternativos e que representam um avanço democrático nos meios de comunicação. São as chamadas mídias alternativas que assumem um papel de comunicação contra hegemônica, como é o caso de blogs e redes sociais, aliás a ação de comunicar por meio da internet tornou-se uma ação libertadora, que ultimamente vem possibilitando a desconstrução de uma “verdade” que só podia ser transmitida em grande escala pelas empresas de comunicação que disseminam a ideologia neoliberal.

Com o crescimento dos protestos, foi notória a espetacularização da mídia, que também veiculou as imagens da repressão como só a grande mídia comercial sabe fazer, uma vez que esse tipo de meio de comunicação faz parte das elites dominadoras. A princípio ela pareceu

ignorar o potencial das manifestações, afinal as reivindicações e os manifestantes eram oriundos da esquerda, mas ao perceber a possibilidade dessas pessoas ficarem organizadas e unificadas em grande escala, tratou de usar uma característica da ação antidialógica (FREIRE, 1987), que é a manipulação das massas oprimidas, cujo objetivo não é meramente transmitir a informação ou comunicar, mas sim manipular. Pois para manter a situação opressora, o Estado conta com a participação do grande partido burguês, “a mídia”, oprimindo, roubando a palavra dos oprimidos, sua expressividade, sua cultura.

Sobre essa manipulação, Bourdieu (1997) elabora uma análise sobre como ela acontece na televisão, mas acredito que pode ser de certa forma ampliada para todos os meios de comunicação condicionados ao mercado:

Uma parte da ação simbólica da televisão, no plano das informações, por exemplo, consiste em atrair a atenção para fatos que por sua natureza interessam a todo mundo, fatos que, como se diz, não deve chocar ninguém, que não envolvem disputa, que não dividem que formam consenso, que interessam a todo mundo, mas de um modo tal que não tocam em nada de importante. [...] A televisão tem uma espécie de monopólio de fato sobre a formação das cabeças de uma parcela muito importante da população. Ora, ao insistir nas variedades, preenchendo este tempo raro com o vazio, com o nada ou quase nada, afastam-se as informações pertinentes que deveria possuir o cidadão para exercer seus direitos democráticos. (BORDIEU. 1997, p. 23-4)

Guiados por pautas sabiamente definidas pela máquina manipuladora – que após definir o que deveria ser reivindicado, transformou as manifestações em eventos “legítimos”, desde que obedecessem algumas regras cívicas e “higiênicas” de um bom protesto –, as massas foram para as ruas com graves problemas de consciência da sua potência política, provavelmente porque há tempos não se reuniam mais, como pode ser bem definido pelas palavras de Sloterdijk (2002), que chama a massa pós moderna de “midiatizada, estilhaçada e colorida” (SLOTERDIJK, 2002, p.23).

Falando em massa, retomo aqui que a classe média brasileira participou ativamente da Revolta do Busão e dos vários protestos que tomaram o Brasil em junho de 2013. E foi nessa “saidinha às ruas” que ela mostrou a que veio, pois apesar de ser composta por trabalhadores que, como já foi dito no capítulo II, estão confortáveis em negar a exploração e a participação na luta de classes, dessa vez saíram às ruas para protestar.

Considerando a importância em exemplificar o que move a mídia burguesa a espetacularizar para os telespectadores as ações radicalizadas que ocorrem durante alguns protestos, venho lembrar nesse capítulo uma situação que considero ter relevância no desenrolar das manifestações de revolta que ocorreram nas jornadas de junho.

Antes mesmo dessas manifestações serem celebradas pela grande mídia, que trabalhava na ofensiva prática de criminalizar os movimentos sociais, quero destacar o ataque de Arnaldo Jabor, jornalista considerado por muitos brasileiros como “formador de opinião”, em que ao criticar as manifestações que se tornavam cada vez mais radicais e com um número crescente de populares, chamou os manifestantes de “Revoltosos de classe média não valem nem vinte centavos”.

Essa frase foi bastante infeliz, pois teve efeito contrário do que pretendia, e a meu ver, incitou muitas pessoas que se identificavam como pertencentes a essa classe média, e que por se sentirem ofendidas com esse comentário concluíram que havia motivo sim para ir às ruas, mas realmente não por causa de “apenas R\$0,20”, mas por muitas outras frustrações que os prejudicavam.

No alargamento das mobilizações com a participação em massa da classe média em todo o País, é chegado o dia de uma grande mobilização, que havia sido marcado pela Revolta do Busão, em 20 de junho de 2013, onde compareceram inúmeros representantes dessa classe média, que por sua vez mostrou-se bastante despolitizada e pior ainda, reacionária e conservadora, querendo expulsar os partidos políticos do protesto, usando palavras de ordem como “paz” e “corrupção”, além é claro de cantar o Hino Nacional, nesse sentido voltamos aqui ao problema da alienação e do patriotismo do qual já falei anteriormente (ver capítulo II).

Nesse dia foi praticamente feriado em Natal, até mesmo para a polícia que dias antes havia agido com violência contra os manifestantes, mas que agora apenas acompanhava com alguns poucos carros de polícia toda a manifestação. E foi um dia tão divergente de todos os outros em que houveram atos da Revolta do Busão, que houve até mesmo briga entre os próprios manifestantes, com direito a luta corporal. O que estimulou essa briga interna foi o fato de alguns manifestantes levantarem a bandeira dos seus partidos, que sempre estiveram participando da luta contra o aumento da tarifa e que apesar de muitas divergências entre eles, antes daquele dia específico sempre foi respeitado por todos os manifestantes a utilização da

bandeira que quisessem, até porque o movimento é de iniciativa popular, horizontal, autônomo, apartidário e não impõe aos seus participantes decisões de alguma espécie de liderança, pois tudo é votado em plenárias democráticas.

Nesse mesmo dia os caminhos estavam estranhamente abertos para os manifestantes e isso não aconteceu apenas em Natal, mas em diversas cidades, como bem relatou a socióloga Marília Moschkovich (2013) que acompanhou os protestos antes e depois dos meios de comunicação conservadores mudarem o posicionamento em relação as ações violentas cometidas pela polícia, agora fortalecendo a ideia de que as pessoas teriam que ir as ruas, mas com outras bandeiras que não fossem de partidos, ou seja, defendendo o apartidarismo que foi o motivo das brigas no ato do dia 20 em Natal.

Assim como Moschkovich (2013), achei estranho o fato de que as pessoas que antes condenavam os manifestantes por provocarem mais congestionamento no trânsito, agora saíam para falar em impeachment da presidenta, cumpriam o que foi ordenado por figurões da grande mídia de massa e principalmente, não tinham uma pauta definida, o que fez a autora comparar esse cenário com a situação de instabilidade política que precedeu o início do Estado Novo, o Golpe de 1964 e ainda o “golpe midiático” de 1989, o qual chamou de golpe de opinião pública, em que elegeram Collor²⁴.

Muitas pessoas podem até achar que essa análise foi um exagero, mas na minha opinião o posicionamento da socióloga fez muito sentido. Realmente a manifestação ganhou um ar de festa. A maioria cantavam o hino, bebia cerveja, tiravam fotos para “postar” nas redes sociais, soltavam rojões, vestiam camisas de futebol, usavam xingamentos e palavras vazias como palavras de ordem, gerando assim reivindicações vazias também, como podemos ver em alguns cartazes que levaram e até mesmo a posição que muitos declararam em redes sociais (ver páginas 28-32). Enfim, comparando a manifestação que aconteceu em São Paulo e que foi

²⁴ Primeira eleição presidencial desde 1960, após passar por uma campanha Nacional, o movimento Diretas já, em 1984, que exigia o reestabelecimento das eleições presidenciais. Em 1989 a disputa no segundo turno das eleições presidenciais, entre Lula (PT) e Collor (PRB) foi marcada por campanhas com intensa participação do mundo artístico, além de uma fictícia imparcialidade de revistas como a Veja, além do Jornal Nacional que editou um debate entre os candidatos, contendo os melhores momentos de Collor e os piores de Lula. Nesse sentido, a mídia ajudou a eleger o candidato de sua preferência, já que Collor foi o vitorioso nessa disputa.

retratada por Marília Moschkovich, com o dia 20 de junho de 2013 em ato da Revolta do Busão em Natal, realmente posso afirmar que ambas adquiriram um clima de final da copa do mundo.

Em Natal, no protesto do dia 20 de junho de 2013, após andar até o Shopping Midway, onde arremessaram uma grande pedra que quebrou parte do vidro da porta de entrada desse local, a multidão indignada com tamanha radicalidade e que de tão desarticulada já não sabia mais para onde ir, saiu por fim em busca de lanchonetes abertas para fechar o evento daquele dia comendo e bebendo, saindo completamente da lógica anterior dos protestos, onde era feita uma plenária de encerramento do protesto para dialogar com os militantes quais/como seriam os próximos atos, ou plenárias de discussão.

Diante desta situação, é possível perceber como a mídia intervém na vida das pessoas de maneira tão incisiva, orquestrando até mesmo a maneira “correta de protestar”, pois alternaram de um posicionamento feroz para um apoio aos protestos desde que eles atendessem seus requisitos de civilidade, além de fragmentar os manifestantes em baderneiros e pacíficos e apoiar as ações mais conservadoras e reacionárias.

5.1 É CRIMINOSO O MONOPÓLIO QUE MANIPULA?

Quando a comunicação serve a interesses do capital, fica evidente a existência de manipulação na notícia, pois nesta não deve caber reflexão, mas uma redundância comunicativa. O produto notícia é distribuído por meio da exibição de uma mistura de entretenimento com informação, afinal, o objetivo não é informar apenas, mas legitimar a ideologia dominante.

A televisão, por exemplo, ainda possui uma estrutura monopolista, pois embora haja uma concorrência entre os canais televisivos ela é baixíssima, porque existe também a situação de oligopólio, em que a concentração de vários segmentos de mídia privados (como canais de televisão, rádios, jornais impressos, revistas) são vinculados a poucos grupos familiares²⁵ cujos interesses são capitalistas, empresariais e não democráticos e plurais, uma vez que exercem o

25 Podem ser citadas como exemplos: Famílias Abravanel (SBT), Marinho (Globo), Saad(Bandeirantes), Edir Macedo/Igreja Universal (Rede Record), e no caso de Natal-RN os Alves (TV Cabugi-Globo), os Maias (TV Tropical-Rede Record) e ainda a da ex-prefeita Mícarla de Souza (TV Ponta negra – SBT).

“controle” da mídia restringindo o espaço de participação da população brasileira. E até mesmo a recente existência de telejornais locais não traduz diversidade, mas denunciam a concentração da informação por estarem diretamente associadas as grandes corporações privadas (no Brasil. Citamos a Globo, o SBT, a Record, a Band). É na verdade mais do mesmo.

O interessante disso tudo é que essas empresas privadas utilizam-se de espaço público, ou seja, radiofrequência disponibilizada e concedida pelo Governo Federal, para fins privados, difundindo valores político-ideológicos e até mesmo religiosos, que convém a classe dominante ao qual seus donos fazem parte. E esse fenômeno remete também aquela história da identidade brasileira, de que já falava Holanda (1995) quando formulou uma análise sobre essa dificuldade do brasileiro em distinguir o público do privado, devido a presença da chamada ‘cordialidade’ nas relações sociais, carregadas de herança patriarcal e patrimonialismo.

O direito à informação e o direito a comunicação também são direitos humanos e esse direito não depende do seu controle remoto, não depende de mudar o canal, ele envolve questões mais amplas, como a expressão livre da sua opinião, do seu próprio pensamento, pois a comunicação faz parte da construção social da realidade, por isso ela deve ser democrática, participativa.

Cabral Filho (2008) mostra logo na introdução de seu texto, sobre a necessidade de políticas públicas de comunicação e a importância que deve ser dada a ela, que implica não só a liberdade de expressão, mas também a gestão dos meios de interlocução social, o que é muito difícil ocorrer no Brasil a nível nacional e regional, visto que o poder que a mídia corporativa tem no País dificultam a democratização da comunicação e sua efetivação como direito humano fundamental. O autor diz ainda que:

A comunicação pode ser compreendida e reivindicada como um direito humano que constitui um componente determinante e comum a vários setores sociais; está diretamente relacionada com a construção de identidades e a produção de sentido nas relações cotidianas, sendo capaz de contribuir para a valorização de outros direitos humanos fundamentais.(CABRAL FILHO, 2008, p. 235)

Por tudo que foi dito, e mesmo reconhecendo a expressiva conquista que é a existência de mídias alternativas e a força que elas veem adquirindo, ratifico que é essencial lutar pela democratização da comunicação, pois a grande mídia comercial ainda é uma organização ideológica influente e mostra que sua intenção primordial não compreende o interesse público,

mas sim o privado, tendo como horizonte o lucro e a manutenção da ordem capitalista e neoliberal.

5.2 SEM VANDALISMO? COM VANDALISMO?

"Quem semeia miséria colhe fúria"

(Pichação nas ruas de Paris - 2006)

O viés democrático, o qual deveria estar presente na comunicação social, precisaria existir também na educação, mas sabemos que o sistema de ensino ainda reproduz a ideologia dominante, por meio de uma violência simbólica das relações pedagógicas, a auto reprodução das instituições escolares assegura a distribuição do capital cultural, de que falam Bourdieu e Passeron (1982), em que legitima a ordem social estabelecida. Considerando esse sistema que impõe uma reprodução ideológica, é preciso ampliar o olhar para aquilo que é contrário à ordem estética que nos é imposta.

As pichações, por exemplo, podem aparecer a princípio como uma ação de violência, e no Brasil elas são até consideradas crime, no entanto cabe aí uma reflexão, pois a violência que uma pichação representa pode mostrar um grito daqueles que não foram convidados a falar, dos que resistem a ordem imposta porque ela contraria uma real liberdade de expressão.

Diante desse cerceamento de informação, o interesse moral de não pichar ou não danificar propriedade privada não existe naqueles que praticam a violência em prol de uma melhoria que contemple a sociedade de um modo geral, porque a destruição de patrimônio, o tão propalado vandalismo aconteceu como forma de revidar a opressão ao qual as populações subalternizadas estão submetidas. Até porque a história mostra que não foi através de marchas pacíficas que superamos situações de opressão.

Como maneira de confrontar a situação de descaso com a população que depende do transporte para o ir e vir na cidade, acredito que o posicionamento do MPL-SP (2013) que há tempos luta pelo passe-livre, contempla a violência das contradições que podem ser encontradas no uso do transporte coletivo e que podem gerar esses momentos de revolta popular, já que, segundo o próprio movimento,

As catracas do transporte são uma barreira física que discrimina, segundo o critério da concentração de renda, aqueles que podem circular pela cidade daqueles condenados à exclusão urbana. (MPL-SP, 2013, p. 25).

Assim como podemos ver nos cartazes que circulavam os protestos e pediam “uma vida sem catraca” (ver p.29), de fato como uma espécie de barreira, as catracas representam simbolicamente a desigualdade dessa sociedade capitalista.

A partir dessa exclusão urbana, alguns jovens que foram às ruas em Natal com a Revolta do Busão, utilizaram a chamada Tática Black Bloc²⁶ para externar e se rebelar contra um sistema que violenta cotidianamente os usuários de transporte coletivo.



Fotos de participantes que fizeram parte da tática Black Bloc na Revolta do Busão levando um cartaz exigindo tarifa zero e queimando uma catraca simbólica.

Essa tática de luta visa intervir diretamente nos mecanismos de opressão, causando danos a instituições opressoras. Os ativistas que fazem parte dela geralmente vestem-se de preto e cobrem o rosto, muitos dizem que temem represálias, pois além de resistirem e contra-atacarem as repressões policiais, defendem a destruição de símbolos capitalistas, como bancos e grandes empresas. Mas durante o protesto os que participaram dessa tática foram

²⁶ Sobre a Tática Black Bloc: Este termo vem do inglês black, preto; bloc, coletivo de indivíduos para uma ação conjunta, diferentemente de block: bloco sólido de matéria inerte. É a nomeação de uma tática de ação direta, de caráter anarquista, efetuada por grupos que se reúnem, mascarados e vestidos de preto, para protestar em manifestações de rua, utilizando-se da propaganda pela ação para enfrentar as "forças da ordem" (Cf. LIMA, MOURA e PASSOS, 2014).

especialmente os mais criminalizados, uma vez que a mídia burguesa associou a utilização de máscaras à criminalidade, alegando que só bandidos cobrem o rosto.

Não só os que faziam parte dessa tática, mas muitos outros manifestantes picharam durante os protestos e pichar pode significar uma espécie de questionamento dos que têm seus direitos violados regularmente, inclusive o da comunicação como já foi dito. Por meio de um instrumento que está fora da lógica produtiva, o (a) pichador (a) traz a denúncia a esse sistema desigual, por viver numa situação de se comunicar opressora, a pichação torna-se parte da resistência a essa condição. Assim, devemos pensar no olhar diferente que essa gente excluída pela democracia à brasileira nos proporciona, pois a pichação pode manifestar-se como luta contra a invisibilidade social.

Existem diferentes maneiras de nos expressarmos, e muitas vezes há situações em que não conseguimos nos expressar com palavras, principalmente em situações onde se quer mostrar insatisfação, indignação ou revolta mesmo. Por isso, acredito que algumas ações, por mais danosas que sejam àquilo que é material, manifestam de maneira simbólica essa tal discordância àquilo que está sendo motivo de revolta.

Como exemplo dessas ações, posso citar alguns eventos que ocorreram durante as manifestações da Revolta do Busão, como a queima de ônibus, que foi divulgada pura e simplesmente como violência, ataque de “vândalos” a bem privado e a patrimônio público quando ocorreu pichação e quebra de alguns espaços como a prefeitura municipal de Natal e sua câmara dos vereadores. Entretanto, para desmistificar esses atos pura e simplesmente como violência, baderna, ou “vandalismo” é preciso analisar o contexto em que isso ocorreu. E nós sabemos que esse contexto não era nada favorável aos manifestantes ou a população em geral que precisa usar o transporte coletivo para se locomover, mas tem seu direito violado à medida que esse transporte não atende a sua necessidade, o que conseqüentemente compromete também o direito à cidade.

Em torno desse acontecimento, é importante lembrar da dificuldade de diálogo dos manifestantes com o poder público, que ao entregar o meio de transporte exclusivamente aos empresários do transporte coletivo – o que afeta diretamente o direito de ir e vir dos cidadãos – que estão prioritariamente preocupados com seus interesses comerciais, ou seja com a obtenção de lucro crescente, mostram a falta de relevância que dão à melhoria dos serviços públicos em

detrimento de interesses empresariais. Além disso a repressão policial, que usou de muita violência contra os manifestantes e em defesa do Estado, trouxe ainda mais revolta para a população e mais especificamente para grupos que começaram a responder a truculência policial enfrentando-os e ainda destruindo patrimônio público e privado.

A partir disso a mídia burguesa se apossou do termo vandalismo e começou a dividir os manifestantes entre “vândalos” e pacíficos. Mas esqueceram de mencionar o vandalismo que a população, principalmente a mais pobre, vive cotidianamente porque depende de serviços públicos, os quais muitas vezes são sucateados e entregues a população como um favor e não como um direito.

É muito fácil falar de uma ação violenta, mesmo que ela atinja apenas bens materiais, porque aparentemente ela é a caricatura da barbárie e por isso não quer dizer nada além de violência (aparentemente), contudo é preciso observar também a sua essência, sim porque na minha percepção ações como as que aconteceram nos atos da Revolta do Busão, não partiram do vazio de ideias por quem as praticou. Elas continham fatores político-ideológicos e conjunturais que as explicam. E é por toda a dimensão e complexidade que ações radicalizadas como essas têm, que elas também não cabem no pouco espaço que lhes é concedido em telas e jornais cujo interesse é manter a sociabilidade como está. Por isso que o foco da grande mídia comercial saiu do campo social, ou seja, das necessidades que deram início aos protestos e partiu para dar mais ênfase as vidraças quebradas de bancos ou pichações que cobriam patrimônio público.

Não estou querendo afirmar aqui que essas sejam as melhores estratégias, mas para além de métodos de resistência pacíficos, essas ações depredatórias são as que eles têm e a que escolheram usar como forma de resistir à falta de diálogo que os manifestantes têm comumente com os governantes e empresários. E que existiu também no caso da Revolta do Busão, pois não havia diálogo com aqueles que poderiam escutar suas reivindicações e até mesmo atendê-las. Além disso, através de uma observação mais atenta podemos ver que os manifestantes não são os únicos que se utilizam da violência nos protestos, o Estado mantém seu aparato violento em confronto (injusto) com os manifestantes, como podemos ver em vários protestos freneticamente reprimidos pela polícia. Por isso, não cabe a nós julgar os manifestantes que radicalizam nas ações e focalizar apenas nas coisas que eles rescindem, até porque a propriedade privada ou pública poderá ser reestabelecida facilmente.

Essas pessoas que por muito tempo aceitaram civilizadamente a retirada de linhas necessárias para sua locomoção, que admitiram a diminuição da frota de ônibus mesmo essa redução não comportando o número de passageiros esperados (viajando como sardinhas enlatadas), que esperaram horas a fio em paradas sucateadas por um ônibus, muitas vezes, sucateado para ir e voltar do trabalho, faculdade ou qualquer outro compromisso diário, enfim, isso tudo e muito mais foi suportado durante anos, para que os empresários donos das empresas de transporte coletivo urbano continuassem a ter lucros de maneira crescente que mal era repassado para os seus trabalhadores que sempre lutaram (e ainda lutam) através de greves para conseguir aumentos e melhoria nas condições de trabalho.

Portanto, diante das péssimas condições do transporte coletivo²⁷, além de muitas outras mazelas relacionadas a mobilidade urbana que afetam negativamente a vida de milhares em Natal-RN e cidades metropolitanas (e como pôde ser visto com as jornadas de junho, essa condição acomete praticamente todas as capitais brasileiras) porque todos os natalenses teriam que acolher um aumento de tarifa com serenidade embora se vissem cercados por todos esses problemas? Até quando todas as pessoas deveriam aceitar calmamente essas situações mesmo sem abertura de diálogo entre a população usuária do serviço de transporte e os detentores dos meios de locomoção de uso coletivo? São esses questionamentos que não me deixam censurar a atitude de alguns mais revoltosos e classificá-los como vândalos e não como manifestantes.

²⁷ Como nos mostra o resultado de uma pesquisa realizada pelo Instituto Consult em julho de 2014, em que 67.07% consideram o serviço de transporte público ruim, e 30,34% consideram péssimo.

6 CRIMINOSOS OU ATIVISTAS? DANDO VOZ A ALGUNS PROTAGONISTAS DESTA HISTÓRIA

No início da investigação eu estava muito focada em escutar representantes dos meios de comunicação que transmitiram notícias e teceram comentários sobre o evento em questão, meu interesse estava em verificar como eles enxergaram a Revolta e porque transmitiram da forma que transmitiram, mas durante o processo de pesquisa e acatando algumas sugestões da minha orientadora, sugestões essas que, a princípio, desconsidereei, tive a percepção de que eu estava tirando o foco dos verdadeiros protagonistas desse fenômeno social que aconteceu na cidade de Natal, os manifestantes. Além disso, essa mudança de foco deve-se também a minha própria evolução durante o processo de pesquisa, como já foi exposto nesse trabalho.

Dessa maneira, para realizar as entrevistas foquei em manifestantes jovens e estudantes, até agora apenas os que são graduandos na UFRN, devido a comodidade de encontra-los na própria universidade em que faço a minha graduação e por motivos de falta de tempo e incompatibilidade de horários também não só da minha parte, como de pessoas que estudavam em outras instituições. Entretanto, isso será revisto, pois acredito na importância de entrevistar sujeitos de outras faculdades. Vale salientar que nesse trabalho os entrevistados serão identificados por números, de 01 a 05, pois preferi que não houvesse nenhuma possibilidade de seu reconhecimento.

6.1 "UMA MOBILIZAÇÃO HORIZONTAL QUE NÃO TEVE UMA COR PARTIDÁRIA: ESSA MULTIDIVERSIDADE DELE FOI O PRINCIPAL MOTOR DESSA VITÓRIA"

Em conversas com os entrevistados perguntei se já haviam feito parte de algum movimento ou mobilização anterior à Revolta do Busão; todos responderam ter participado do Movimento Fora Micarla, que ocorreu em 2011, e três deles, os números 01, 02 e 04 já haviam participado de outros movimentos de cunho político, como por exemplo, do movimento feminista, pastoral da juventude, movimentos estudantis, entre outros. Esse mesmo trio, em

entrevista individual, declarou filiação a partidos políticos de esquerda²⁸, os números 01 e 04 filiados ao PT e o número 02 filiado ao PSTU.

Sobre essa questão de partidarismo, durante as plenárias e as manifestações de 2013 pude perceber que uma quantidade expressiva dos participantes dessa mobilização são simpatizantes ou filiados, geralmente a partidos que se intitulam como sendo de esquerda, que literalmente levantam suas bandeiras e vestem a camisa dos seus partidos ou/e também das entidades estudantis das quais fazem parte. A partir disso observei também que, de certa forma, esse caso gera um desconforto, um tipo de discórdia, de intrigas, de não aceitação mesmo por parte de muitos manifestantes que não apoiam nenhum partido político ou entidade estudantil, ou que simplesmente questionam o fato desses partidários e estudantes ligados a entidades estudantis utilizarem essa mobilização, esse espaço de luta, para expor sua militância política junto a essas organizações. Isso tudo ocorre dentro do próprio núcleo da mobilização, que se caracteriza como horizontal e descentralizada, porque não é conduzida por nenhum partido ou qualquer outra instância organizativa.

Então, apesar dos sujeitos estarem lutando por uma mesma causa, notei que ainda assim existem conflitos internos e interesses exteriores a essa mobilização social. Todavia não será possível agora explorar melhor esse fenômeno, devido à falta de tempo para analisa-lo, já que só foi possível percebê-lo mais fortemente a partir da observação participante, que aconteceu somente no segundo momento desta investigação que continuava em processo de construção.

6.2 "PICHAGÕES E ÔNIBUS QUEIMADOS? FORAM AÇÕES LEGÍTIMAS"

Para falar dos momentos que foram taxados como vandalismo, senti a necessidade de perguntar sobre as pichações e sobre a queima de um ônibus, e no momento em que perguntei aos meus entrevistados sobre as pichações, apenas um deles, o número 05, discordou da atitude de pichar, pois para ele pichações não têm fundamento. No início da escritura do trabalho eu até concordaria com essa opinião, na verdade eu acredito que elaborei essa pergunta porque eu queria que alguém me convencesse do contrário, e foi a partir dessas entrevistas que mudei de

²⁸ Direita e Esquerda são expressões antagônicas para designar quem é quem no jogo político. Partidos políticos de esquerda são os da oposição e os da Direita são conservadores.

ideia, pois meus entrevistados conseguiram me convencer desse contrário, ou seja, aqueles que falaram a favor de certos tipos de pichações (pois todos eram contra pichações que usavam ofensas, como por exemplo: machistas e homofóbicas.) mostraram-me que pichar os muros da cidade fazia sentido, como se pode perceber nessa fala do entrevistado número 01 sobre as pichações:

[...] o movimento social tem que papel? Qual é o espaço que ele tem pra se comunicar se não os muros das cidades? [...] eu acho que cada um usa as ferramentas que tem. Infelizmente aquelas que não tem, não conseguem atingir a cidade inteira, o estado inteiro, como numa ação de um plim plim da globo né? Os nossos são alguns muros e olha lá, quem dera, quando conseguem ser vistos, quando conseguem as pessoas pararem e ler, e de alguma forma refletir sobre aquilo que está sendo dito no muro.

A partir desse tipo de posicionamento sobre as pichações realizadas no protesto, percebi que esse tipo de ação é, sem dúvidas, totalmente válido quando expõe os interesses, os objetivos, as discordâncias, anseios, enfim, os motivos que levaram e que levam as pessoas às ruas e a revolta literalmente. Afinal quais são os outros espaços disponibilizados para essa população que questiona a ordem? Como esses indivíduos podem expressar suas opiniões para um grande público? Então, levando em conta esses questionamentos, hoje defendo que as pichações se tornam sim necessárias, pois os espaços que os manifestantes têm para dialogar com a população são de certa forma restritos, e essa pode ser uma forma de serem “ouvidos”.

Em relação ao episódio de queimar um ônibus, que ocorreu no protesto de 2012, todos os entrevistados apoiaram essa atitude, não só porque o retorno a integração aconteceu no dia seguinte após esse ato (ver página 19) , mas muitos alegaram que foi uma forma de expressar a revolta, a indignação, foi um reflexo de todo caos que havia na cidade como disse o entrevistado número 02, enfim, a mobilização chegou num momento em que não tinha mais chance de diálogo com os governantes, nem com os empresários e muito menos com a polícia que seguindo ordens dos governantes desse estado reagiu contra os manifestantes de forma repressiva e como já foi dito outras vezes, com violência comparável a última época ditatorial nesse País.

Minha posição, na época somente como observadora, acerca desse episódio foi um tanto preconceituosa, de desapontamento com a Revolta do Busão, porque apesar de concordar com a mobilização e com as reivindicações pautadas por ela, cheguei a me questionar se ao invés de luta por direitos não se tratava de baderna, de vandalismo mesmo, cheguei a pensar que esse tipo de ação descaracteriza o movimento e é isso que criminaliza os manifestantes. Contudo, friso novamente, que graças a minha ida a campo pude perceber o quão ingênua eu fui ao pensar dessa forma, o quanto me deixei levar pelo senso comum, parafraseando o entrevistado número 01, o quanto fui seduzida pelo “plim plim da globo”. Por falar nesse entrevistado, também é dele uma fala que considero uma das mais importantes no sentido de defender a mobilização mesmo após um ato aparentemente violento:

É claro que não é... não é fácil, você fazer a defesa de um ônibus sendo queimado, porém quando você vai pensar o que é violência, sendo que nenhuma pessoa saiu machucada de qualquer episódio desse [...] que nenhuma pessoa foi lesionada, mas a única coisa que foi quebrado ou deteriorado foi um patrimônio privado de uma empresa que coloca em situação de violência milhares de pessoas que pagam por um serviço... e que não tem serviço de qualidade [...] qual é o fator de violência né?, onde é que está a violência nesse espaço né?

A partir dessa entrevista, foram essas as perguntas que fiz a mim mesma quando pensei sobre a Revolta do Busão e o motivo pelo qual essa mobilização passou a existir. E foram essas perguntas também que me estimularam a fazer outras reflexões, só assim, como aconteceu com as pichações, pensei de outra forma sobre essa ação. Ora, quando é que um movimento que questiona a ordem social estabelecida não foi criminalizado? Não seria esse episódio o causador de tal criminalização, assim como esse ato não se caracterizaria pura e simplesmente, em minha opinião, como ato de vandalismo, mas sim de revolta, de desespero dos manifestantes que não aceitaram mais ser covardemente açoitados pelo Estado, pela mídia que a todo o momento os taxavam de bandidos, pelos empresários do transporte que pensam em aumentar seus lucros e pela polícia que acata as ordens e aplica a repressão. Fatos que foram possíveis perceber no desenrolar dessa pesquisa, onde pude entender também que, na verdade, esse foi um grito daqueles que seguiam falando baixo havia muito tempo.

6.3 COMO ASSIM, CRIMINALIZAR QUEM QUESTIONA O SISTEMA?

Perguntei também aos meus entrevistados sobre a maneira que a mídia explorou esses episódios e a resposta foi unânime, todos afirmaram que a mídia tem um papel e que esse papel é o de criminalizar qualquer movimento ou mobilização social que questione a sociedade e que proponha mudanças que de alguma forma esbarrem na questão do lucro. E algo interessante é o fato de que nem mesmo, como citou um dos entrevistados, a tevê universitária da UFRN se posicionou em relação à Revolta do Busão (isso em 2012). Segundo os entrevistados, e isso eu também observei, os canais abertos de televisão sempre noticiaram as manifestações da Revolta do Busão como sendo desnecessárias, os manifestantes como uns desocupados (mesmo sendo estudantes e trabalhadores os participantes), os atos como vandalismo, além de defenderem as ações violentas da polícia contra os manifestantes.

Toda essa criminalização da mídia tradicional pôde ser sentida por mim apenas quando passei a ser também um dos manifestantes, quando comecei a participar da manifestação, indo as plenárias e aos atos, somente a partir daí pude perceber realmente o quanto quem se manifesta é julgado e estereotipado, o quanto existe mentira por trás do que é transmitido pela rede televisiva, o que mostra também o quanto ela pratica, de uma certa forma, a censura.

Essa prática pôde ser observada não só durante as manifestações, pois até mesmo após a revogação do aumento da tarifa, assim como os entrevistados 01 e 02, percebi que a mídia burguesa teve que mostrar o outro lado das manifestações, porém fez isso à sua maneira, mostrando de maneira breve e não como uma conquista do povo, falava-se sobre isso de forma banal, e não como uma vitória, naturalizaram algo jamais visto na história dessa cidade, como se uma mudança dessas não tivesse feito diferença. Mas nós sabemos que fez, muitos perceberam também, não só em Natal, mas no Brasil.

No ano de 2013, segundo ano em que a Revolta do Busão veio às ruas era possível perceber que a ofensiva da mídia comercial estava sendo realizada de forma ainda mais severa, principalmente em rede nacional. Ora, haviam dezenas de protestos tomando as cidades brasileiras, mas o que mais se via nas telas de TV – principalmente na TV Globo que é a emissora oficial da Copa – eram notícias relacionadas à Copa das Confederações e à futura Copa de 2014. Enquanto isso, notícias que envolviam os protestos em todo Brasil estavam sendo cada vez mais deixadas de lado, e esse tipo de censura que me fazia lembrar algo que li

sobre a Copa do Mundo de 1970, momento em que o Brasil estava sofrendo as consequências da ditadura, mas a televisão só focava a seleção brasileira que estava em campo.

No entanto, e para a minha surpresa, em 17 de junho de 2013 alguns canais de televisão transmitiram as manifestações, com milhares de pessoas em protesto nas cidades de São Paulo, Porto Alegre, Salvador, Brasília, Minas Gerais e Rio de Janeiro, entre outras cidades. O que me deixou com esperança de que mudanças (à esquerda) acontecessem em Natal e no Brasil, foi o fato de que mobilizações como a Revolta do Busão, deram início a esse movimento que se alastrou por todo País, porque definitivamente os protestos não se resumiam ao aumento de R\$0,20, esse aumento foi apenas a fagulha que causou todo esse incêndio de protestos.

Mesmo com todo o ataque midiático, todos os entrevistados, e concordo com eles, acreditam que parte dos natalenses em alguma medida apoiaram a mobilização. E em relação às mídias alternativas, todos consideraram importante a forma com a qual essa mobilização foi exposta, por outro ponto de vista, mais crítico que o da mídia tradicional – que concentra os interesses da burguesia, ou classe dominante.

No entanto, eles também concordaram com o fato de que essa mídia alternativa, não alcança um grande contingente de pessoas, diferente das emissoras de televisão, como fala o entrevistado número 03:

A mídia televisiva, ela ainda é um meio de comunicação de massa, é a mídia que vai legitimar a informação, ela pode estar na internet, ela pode estar no Facebook, num Blog, porém a partir do momento que ela sai na televisão ela é legitimada e ela chega a grande massa da população.

E essa legitimação da informação dada pela mídia televisiva é algo muito intenso, até porque a maior parte da população na verdade nem tem acesso a outro tipo de mídia, mas praticamente todos os sujeitos têm uma televisão, logo, assistem esses canais que criminalizam os movimentos sociais e as mobilizações como a Revolta do Busão. Sendo assim, nos cabe lutar para levar informações por meio de um outro tipo de mídia, aquelas que estão ao nosso alcance, enquanto não alcançamos a luta pela democratização dos meios de comunicação e pelo acesso à educação pública de qualidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa investigação talvez seja possível afirmar que desde o início a Revolta do Busão se mostrou capaz de provocar uma grande mudança nas mentalidades coletivas da cidade de Natal, pois ela não se resumiu a reivindicar melhorias apenas no transporte coletivo, e apesar de toda a tentativa de criminalização por parte da mídia corporativa as mobilizações cresceram e os protestos se alastraram por todo o País.

Assim, é possível dizer que a Revolta do Busão em Natal abriu novos horizontes para a luta por direitos, frequentemente negligenciados, pois a partir dela as manifestações aumentaram no País, não só em protesto ao aumento da tarifa do transporte coletivo, mas frente à precariedade na saúde, educação e segurança, além de protestos questionando os bilhões gastos com a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, que representam o paradoxo da gestão dos governantes desse País que ao invés de acatar as necessidades da população priorizam dinheiro público na construção de estádios faraônicos²⁹.

Sobre a manipulação da grande mídia comercial, acredito que esta, sim, foi eficaz, já que essa massa que foi às ruas ainda é politicamente imatura e por isso muitos se acomodaram às pautas ditada por essa mídia, seguindo-a, e neste sentido a mídia lhes "ensinava" sobre o que e o como se deveria protestar. Ora, apesar dessa massa mostrar inconformismo com a atual conjuntura opressora ela é carente de consciência revolucionária.

Além disto, a mídia burguesa não apresentou as manifestações como uma forma de reivindicar direitos, mas ludibriou os indivíduos com uma falsa estimulação à organização popular, ao mesmo tempo dando apoio total à repressão policial, cujas ações violentas eram justificáveis para conter os “vândalos”.

²⁹ Muitos dos estádios construídos para a Copa tiveram financiamento do governo, como o Mineirão em Belo Horizonte, R\$ 605 milhões (42,4% do governo estadual e 57,6% via financiamento do BNDES), Maracanã, no Rio de Janeiro, R\$ 882,9 milhões (54,5% do governo estadual e 45,5% via financiamento do BNDES), dentre outros, mas o Estádio Nacional, em Brasília, custou R\$ 1,015 bilhão, teve financiamento total do Governo do Distrito Federal. Esses dados estão disponíveis em: <http://senado.jusbrasil.com.br/noticias/100446228/senadores-questionam-altos-gastos-publicos-em-estadios-da-copa>. Acessado em 10/12/2014.

Contudo, a experiência de mobilização mostrou que a tecnologia atual faz emergir uma esperança na comunicação, já que podemos contar com a mídia alternativa da internet, que apesar de não atingir a maioria da população, ajuda, em alguma medida, a mudar o enquadramento que é explorado pela mídia tradicional. Com as redes sociais, blogs, jornais alternativos e outras mídias contra hegemônicas é possível ter acesso aos mesmos acontecimentos, mas vistos sob uma outra perspectiva.

Não podemos esquecer que as lutas da Revolta do Busão trouxeram avanços para além da redução da tarifa por dois anos seguidos, pois elas colocaram em evidência a discussão da necessidade de um transporte gratuito de qualidade para que se tenha de fato direito à cidade, já que é através do transporte que a população pode ter acesso à saúde, educação, lazer, enfim direitos que estão intrinsecamente ligados. Em 2013 foi conquistada a tarifa zero para estudantes da escola municipal de Natal, foi conquistada também em 2014 a permanência dos circulares que fazem a locomoção (sem cobrança de tarifa) de muitos estudantes e trabalhadores nos arredores do campus da UFRN. Enfim, os avanços devem ser lembrados assim como as lutas que os possibilitaram, para que não seja esquecido que o povo pode fazer a autogestão da cidade. Contudo, dizem os manifestantes, querem muito mais avanços e conquistas e que a luta deve continuar.

Portanto, a provocação e o questionamento quanto a incessante criminalização e vandalismo das grandes mídias comerciais contra os movimentos sociais, as manifestações ou ações que permeiam a luta de classes, pode até ser uma análise repetitiva, mas nunca desnecessária, enquanto ela se mostrar viva, forte e difícil, mas não impossível de ser superada apesar de todos os entraves históricos, políticos e ideológicos que permeiam esse País.

Com parte da população tendo se mostrado midiaticizada e politicamente analfabeta – adquirida após anos de educação que nos imprime a ideologia dominante, mais anos acompanhando a mídia conservadora, sem acesso a informação crítica e com muito senso comum – durante esses protestos, acredito que essa falta de consciência política de tantos que estavam ali ludibriados por ações compensatórias a partir de negociação com os setores políticos, dificultaram que a manifestação ultrapassasse o imediato das reivindicações. Disso, como democracia, o Brasil e principalmente os brasileiros ainda têm muito que avançar.

Neste sentido, esse tipo de manifestação, no Brasil, mesmo sendo este um país dito democrático, é ordinariamente marcado pela repressão da polícia. Porém, antes de estender a crítica aos excessos que este braço do Estado promove durante os protestos, deve-se entender que é necessário pensar para além da violência visível, já que o problema em questão é bem maior do que os confrontos entre polícia e manifestantes, pois ambos são vítimas do próprio capitalismo, que cria situações de barbárie para manter sua ordem vigor.

Quanto aos “vândalos”, provavelmente irão agir enquanto houver rejeição às situações impostas por esse sistema capitalista, em que os interesses de uma minoria prevalecem sobre as necessidades básicas de uma grande massa, haverá luta em busca de mudança – eliminação da violência na vida social, comum numa sociedade de classes –, com radicalização das ações caso julguem necessário, pois a história mostra que os brasileiros não são propriamente pacifistas, e esta é mais uma ideologia criada pelos poderes dominantes, afinal não foi sem luta que a ditadura militar no Brasil foi superada, pois nenhuma revolução aconteceu sem luta.

É certo também que as reivindicações inscritas na Revolta do Busão ainda estejam buscando a melhoria de vida no meio urbano, por isso, apesar de não acreditar que as mudanças trazidas por essa revolta equivalem a grandes mudanças sociais (ao menos de forma imediata), considero que elas podem modificar ou ao menos possibilitar transformações mais profundas no nível de consciência de manifestantes, assim como aconteceu comigo.

Por fim, quero deixar claro o quanto se tornou difícil colocar um ponto final nessa pesquisa, uma vez que essa temática ainda está em processo, porque a Revolta do Busão continua e durante o processo sofreu diversos desdobramentos, fazendo com que a investigação tenha constantes renovações e existam ainda mais motivos para ser pesquisada.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail (1993). **A cultura popular na Idade Média e no renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo – Brasília: EdUNB.

BONAVIDES, Paulo. **A Constituição aberta**. Belo Horizonte: Del Rey, 1993. p. 13

BOTTOMORE, Tom (1980). Emile Durkheim. Edward A. Tiryakian, **História da Análise Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar. 1980.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1997.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

CABRAL FILHO, A. V. **As políticas públicas de comunicação em busca de novos sujeitos históricos**. In: COUTINHO, Eduardo Granja. *Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Populismo: raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados**. In: DAGNINO, Eveline (Org). *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de direito constitucional**. 5. ed., rev., ampl. e atual. Salvador: JusPODIVM, 2011. In: RÊGO, T. L. M. *A LIBERDADE DE Reunião Na constituição de 1988*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Direito, 2013.

DaMATTA, Roberto (1997). *Carnavais, Malandros e Heróis: Para Uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. RJ, Rocco.

FLEURY, Sonia. **Manifestações e vandalismo desafiam a democracia**. 2013. Disponível em: <<http://br.boell.org/pt-br/2013/07/31/manifestacoes-e-vandalismo-desafiam-democracia>> Acesso em 12 de agosto de 2013.

FRANZÃO, Angelo. **Midialização: o poder da mídia**. São Paulo: Nobel, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1987.

GOHN, Maria Da Glória Marcondes. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 18. ed. São Paulo SP: Loyola, 2009. P.301.

HOLANDA, Sérgio Buarque De. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 1983. P.90-94.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2.Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

JULES QUEIROZ. **Direito de protestar**. Disponível no site: <<http://www.gazetadoeste.com.br/opiniaodireito-de-protestar-11464>>. Acesso em 12/06/2014.

LIMA, Fabio; MOURA, Gabriel; PASSOS, Nelson (2014). **O Black Bloc e o papel das mídias sociais nas manifestações brasileiras de 7 de setembro de 2013**. Paper apresentado no XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Vila Velha – ES – 22 a 24/05/2014 promovido pela Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, ES.

MOSCHKOVICK, Marília. **Está tudo tão estranho, e não é à toa.** 2013. Disponível em: <<https://medium.com/primavera-brasileira/esta-tudo-tao-estranho-e-nao-e-a-toa-dfa6bc73bd8a>> acesso em 21 de junho de 2013.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. **Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo.** 2013. In: VAINER, Carlos. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Carta Maior Boitempo, 2013.

ROLNIK, Raquel. **Apresentação. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações.** p. 10. In: VAINER, Carlos. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Carta Maior Boitempo, 2013.

SLOTERDIJK, Peter; CAVALCANTI, Claudia. **O desprezo das massas:** ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. P. 23.

TONET, Ivo. **MARXISMO E DEMOCRACIA.** In: Democracia e políticas sociais na América Latina. BORGES, L. F. P. e MAZZUCO, N. C. (orgs). São Paulo: Xamã, 2009, p. 9-21.

TORO, José Bernardo & WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista

Aluna: Glenda Isis Camara Maciel

Projeto: A criminalização dos movimentos sociais – Revolta do Busão

Roteiro de perguntas para entrevista

- Nome:
- Telefone:
- E-mail:
- Idade: (acredito que essa pergunta é relevante pois os participantes eram, na sua maioria, jovens estudantes.
- Estuda? O que? Onde? Na época estudava? O que? Onde?
- Trabalha? Em que? Trabalhava na época? Em que?
- Situação conjugal hoje? E na época? (o outro participou com você?)
- Tem filhos? (se sim: como foi conciliar? Levou os filhos junto?)
 - ❖ É simpatizante de partido político? Qual?
 - ❖ É filiado a partido político? Qual?
 - ❖ Antes da revolta, já fazia/ fez parte de algum movimento social? Ou já participou de alguma mobilização social? Se sim: Conte sobre isso.
 - ❖ Como é que foi essa história de participar da Revolta do Busão?

Perguntas a serem respondidas com a acima:

- ❖ O que lhe motivou (alguém lhe levou? Como você soube que estava rolando? O que lhe fez participar)
- ❖ Como foi para você fazer parte desse movimento que ficou marcado na história das mobilizações de Natal-RN? Qual a importância dele na sua vida? Fale sobre isso.
- ❖ Como você acha que o Estado interferiu em termos de mídia e no policiamento?

- ❖ O que pensa sobre as pichações e incêndios de ônibus que ocorreram durante as manifestações?
- ❖ Como você acha que a mídia explorou esses episódios?
- ❖ Algumas pessoas falam em "criminalização dos movimentos sociais". O que você pensa sobre isso?
- ❖ O que pedem as mobilizações dos trabalhadores?
- ❖ A Revolta do Busão foi criminalizada?

-- Se sim: em que sentido? como foi isso?

-- Se não: fale sobre isso.

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: A Revolta do Busão em Natal-RN

Pesquisador(a): Glenda Isis Camara Maciel

Estudante do Curso de Serviço Social da UFRN

OBJETIVO

Este estudo envolve pesquisa, tendo como objetivo principal examinar os acontecimentos acerca da Revolta do Busão, enfocando sua criminalização enquanto mobilização social.

DA OBSERVAÇÃO E DAS ENTREVISTAS

A pesquisa envolverá *observação* das atividades desenvolvidas durante a mobilização social denominada Revolta do Busão, em Natal, no Rio Grande do Norte, assim como a realização de *entrevistas* com 10 (dez) sujeitos, tratando sobre a opinião dos mesmos acerca da revolta.

Aqueles, pois, que concordarem em participar da pesquisa, devem saber que esta tratará de sua avaliação sobre a Revolta do Busão.

SOBRE OS RISCOS

Não há riscos físicos relacionados à participação neste estudo, uma vez que não haverá nenhuma intervenção que possa trazer danos à saúde, nem utilização de nenhuma substância físico-química nos participantes do mesmo.

Os únicos riscos que poderiam porventura acontecer se restringem a constrangimento em relação a alguma pergunta efetuada. Nesse caso, o entrevistado deve exercer o pleno direito de não respondê-la.

Ainda assim, se no período de ocorrência desta pesquisa, algum indivíduo pesquisado apresentar algum transtorno de ordem psicológica, o (a) pesquisador (a) assume o compromisso de encaminhá-lo para atendimento na Clínica de Psicologia da UFRN.

SOBRE OS BENEFÍCIOS

Os benefícios associados à participação nesta pesquisa são de ordem coletiva, uma vez que as respostas dadas poderão contribuir para dar visibilidade acadêmica ao tema da mobilização social denominada Revolta do Busão.

CONFIDENCIALIDADE DO ESTUDO

O registro da participação neste estudo será mantido em sigilo. Será garantida a confidencialidade na coleta, tabulação e análise dos resultados. Somente o (a) pesquisador(a) e a orientadora da pesquisa terão acesso às informações. Se qualquer relatório ou publicação resultar deste trabalho, a identificação do entrevistado só será revelada se este o permitir.

DANOS ADVINDOS DA PESQUISA

Apesar de não estar previsto, se houver algum dano ou se algum problema ocorrer decorrente deste estudo, o participante será indenizado, sendo isto providenciado pelo (a) pesquisador (a).

Além disso, se no período de ocorrência desta pesquisa, algum indivíduo pesquisado apresentar algum transtorno de ordem psicológica, o (a) pesquisador (a) assume o compromisso de encaminhá-lo para atendimento na Clínica de Psicologia da UFRN.

PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA

Toda participação é voluntária. Não há penalidade para alguém que decida não participar deste estudo. Ninguém também será penalizado se decidir desistir de participar do estudo, em qualquer época.

PERGUNTAS

Estimulamos que os pesquisados façam perguntas a respeito desta pesquisa. Caso haja alguma pergunta, deve contatar o (a) pesquisador(a), no endereço: Rua Cerro-Corá 202, bairro Nova Parnamirim, cidade Parnamirim - RN. Deve contatar também a Profa. Dra. Antoinette de Brito Madureira, no Departamento do Serviço Social da UFRN.

CONSENTIMENTO DO ENTREVISTADO PARA PARTICIPAÇÃO

Estou de acordo com a participação na pesquisa acima explicada. Fui devidamente esclarecido quanto aos objetivos da mesma e sobre a entrevista a qual serei submetido.

Foi garantido o meu direito a qualquer esclarecimento solicitado durante o desenvolvimento da pesquisa, assim como o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que a desistência implique em qualquer prejuízo para a minha pessoa.

A minha participação na pesquisa não implicará em custos ou prejuízos adicionais, sejam esses custos ou prejuízos de caráter econômico, social, psicológico ou moral, sendo garantido o anonimato e o sigilo dos dados referentes a minha identificação, se eu assim o quiser.

Nome do entrevistado (letra de forma): _____

Assinatura do entrevistado

Testemunha 1

Testemunha 2

COMPROMISSO DO(A) PESQUISADOR(A)

Eu discuti as questões acima apresentadas com os indivíduos participantes no estudo ou com os seus representantes legalmente autorizados. É minha opinião de que o indivíduo entende os objetivos, assim com os riscos e benefícios deste projeto e as obrigações do(a) pesquisador(a).

Data: ____/____/____

GLENDIA ISIS CAMARA MACIEL

RG 6819770

CPF 133.385.037-92